



Subsecretaria de Análise

S. F.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXIX — Nº 87

TERÇA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 1974

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 120ª SESSÃO, EM 12 DE AGOSTO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

— Nº 158/74, subscrito pelo Sr. Virgílio Távora e outros Srs. Senadores, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Irineu Bornhausen. **Aprovado**, após encaminharem sua votação os Srs. Senadores Virgílio Távora e Lenoir Vargas.

1.2.2 — Fala da Presidência

Associativa às homenagens prestadas a Irineu Bornhausen.

1.2.3 — Requerimento

— Nº 159/74, de autoria do Sr. Virgílio Távora e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 27 de agosto próximo seja dedicado a reverenciar a memória do ex-Senador e ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Irineu Bornhausen. **Aprovado**.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 12/74, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a redação do item II do art. 9º do Código de Processo Civil, considerado rejeitado em virtude de ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — 25º aniversário da instalação do Serviço de Assistência à Mendicância — SAME, em Aracaju-SE.

SENADOR CLODOMIR MILET — Refutando acusações de colonista político, veiculadas em *O Estado de São Paulo*, refe-

rentes à atuação parlamentar do Deputado Federal Nunes Freire, candidato ao Governo do Estado do Maranhão.

SENADOR MATTOS LEÃO — Ata de instalação da Itaipu Binacional.

1.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 150/74, de transcrição nos Anais do Senado Federal, do editorial publicado em *O Globo*, de 1º de agosto de 1974, intitulado "Verdade Confiscada". **Aprovado**.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11/74 (nº 149-B/74, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí, concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em Montevídeu, por troca de notas de 21 de julho de 1972. **Aprovada**, à promulgação.

Redação final do Projeto de Resolução nº 20/74, que suspende a execução de parte do texto do art. 71 da Constituição do Estado de Mato Grosso. **Aprovada**, à promulgação.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO, ENCERRAMENTO.

2 — TRANSCRIÇÃO

Matéria constante do primeiro item da Ordem do Dia.

3 — RETIFICAÇÃO

Ata da 115ª Sessão, realizada em 7-8-74

4 — ATAS DAS COMISSÕES

5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 120ª SESSÃO, EM 12 DE AGOSTO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TORRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nu-

nes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luís de Barros — Jessé Freire — Ruy Carneiro — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Gustavo Capanema — José Augusto — Maga-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

Ilhães Pinto — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Lenoir Vargas — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há Expediente a ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 158, DE 1974

Requeremos, com base no disposto nos artigos 242, alínea c, item 5, e 245 do Regimento Interno, em virtude do falecimento do ex-Senador e ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, que o Senado preste as seguintes homenagens:

a) inserção em Ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família do morto e ao Estado.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1974. — Virgílio Távora — Lenoir Vargas — Ruy Santos — Magalhães Pinto — Lourival Baptista — Carlos Lindenberg.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação o requerimento.

O Sr. Virgílio Távora (Ceará) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, para encaminhar a votação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Ceará) (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ensombece sempre nossa alma a dor que sentimos quando vemos partir, desta vida, aqueles vultos que queridos nos são, que nos acostumamos a admirar por suas atitudes nos momentos difíceis da vida do País.

Ontem o Brasil perdeu Irineu Bornhausen; neste plenário, o qual tanto frequentou na década de 60, como representante do Estado de Santa Catarina, ainda ressoa a sua voz; ainda ouvimos as suas intervenções calmas, tranqüilas, serenas, mas invariavelmente corajosas.

Iniciado na vida pública — logo truncada pelo golpe de 1937 — iria a se constituir Irineu Bornhausen num dos fundadores da União Democrática Nacional, seu chefe no Estado sulino e o seu con-

dotiere nas batalhas que então se travavam quando da redemocratização do País.

Lembramo-nos de quando entramos, pelas mãos de José Américo, na vida pública, em 1950, e encontramos aquela figura singular de homem de empresa, de gentleman, de político, enfrentando aquilo que se julgava inexpugnavelmente instalado no Poder, que era a máquina do Partido que se lhe antepunha no Estado, após um domínio ininterrupto de todo o tempo da ditadura.

Sempre otimista, calmo, amigo dos amigos, a eles sempre fiel, sereno, um dos homens que primeiro pensaram em desenvolvimento neste País, com surpresa geral, conseguiu uma vitória retumbante, usando seu imenso prestígio, pelo reconhecimento que os filhos de Santa Catarina tinham a tudo o que ele dera a essa terra. Contra o prestígio de autoridades da estirpe de Vice-Presidente da República, conseguiu fazer com que Santa Catarina tivesse aquele primeiro grande passo para o desenvolvimento. Eleito Governador, marcou época na História daquele Estado, e em uma segunda consagração, o povo daquela terra sufragou o nome do sucessor por ele apoiado. Ao Senado competiu, e veio consagradoramente, apoiado pela opinião pública de sua terra, ocupar uma cadeira que só fez ilustrar.

Homem de visão, com vivência internacional, acreditando em planejamento em época em que ninguém disso cuidava, banqueiro, homem de indústria, verdadeiro globetrotter, doou o nosso pranteado de hoje, a seu Estado, o fruto de todo o labor de uma vida.

Há, Sr. Presidente, a expressão de que "Estadista é um homem que olha além de sua geração". Se definição feliz existe, a nosso ver é esta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este homem, cuja memória, para nós tão querida, hoje reverenciamos, foi, junto com Nereu Ramos, quase sempre em campo oposto, verdadeiramente o estadista de Santa Catarina. (Muito bem!)

O Sr. Lenoir Vargas (Santa Catarina) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao Sr. Lenoir Vargas, para encaminhar a votação.

O SR. LENOIR VARGAS (Santa Catarina) — (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O nobre Líder da Maioria acaba de encaminhar, em primeiro lugar, a votação do requerimento que tivemos a honra de subscrever, juntamente com outros nobres Senadores, em que se pede a atenção do Senado da República para as homenagens que, de justiça, se deve-

rão prestar ao Senador Irineu Bornhausen, ontem falecido na terra catarinense.

Depois de uma pertinaz moléstia ligada a problemas circulatórios, há mais de 8 meses, encontrava-se o Senador Irineu Bornhausen recolhido ao Hospital Santa Isabel, na Cidade de Blumenau.

Nos últimos dias, dado o estado estacionário de sua moléstia, foi reconduzido para a sua residência, na Praia de Cabeçadas, no seio de sua família. Ai, no dia de ontem, a morte veio alcançá-lo.

A figura de Irineu Bornhausen, na vida pública catarinense e na vida pública brasileira, cobre um período de cerca de 50 anos de dedicação, de trabalho, de pertinácia, de espírito público, de civismo e de altanería.

Vereador da sua terra natal, Prefeito Municipal, Governador de Estado, Senador da República, chefe político de alta envergadura, destacado dentro das fronteiras do Estado e respeitado nas fronteiras nacionais, Irineu Bornhausen marcou, de maneira indelével, a sua passagem, quer pela vida privada, quer pela vida pública de Santa Catarina. Partindo da estaca zero na vida privada, atingiu os sucessos mais compensadores que os homens capazes desejam, aspiram e podem atingir.

O Sr. Magalhães Pinto (Minas Gerais) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LENOIR VARGAS (Santa Catarina) — Pois não, nobre colega.

O Sr. Magalhães Pinto (Minas Gerais) — Não sei se, como um dos signatários do requerimento, me seria permitido solicitar ao Presidente que tolerasse um aparte no encaminhamento da votação, porque eu não poderia deixar de dar uma manifestação pessoal ao ensejo da morte de Irineu Bornhausen, trazendo a esta Casa a minha solidariedade à família e, mais, dizendo que Irineu Bornhausen foi, sem dúvida, um grande companheiro, um grande comandante. Lembrou-me bem, quando candidato à Presidência da União Democrática Nacional, tive o apoio de S. Ex^a, e pude verificar que com esse apoio consegui todos os votos da bancada da UDN de Santa Catarina. Ele era, sem dúvida, um grande chefe. Por outro lado, era um companheiro exemplar, era um companheiro que estava sempre pronto ao serviço das causas que defendíamos. Portanto, a sua morte é, sem dúvida, uma lacuna que fica a preencher. Mas, sabemos que a sua família, e especialmente o seu sobrinho, o Senador Konder Reis, todos estão lidando de novo na liça política em defesa de Santa Catarina e do Brasil. Trago pois, com estas poucas palavras, minha manifestação de pesar e, sobretudo, de apreço a um grande homem público que o Brasil perde neste momento.

O SR. LENOIR VARGAS (Santa Catarina) — Agradeço o seu aparte e reconheço a autoridade de V. Ex^a para formulá-lo.

O Sr. Lourival Baptista (Sergipe) — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LENOIR VARGAS (Santa Catarina) — Ouço com prazer V. Ex^a

O Sr. Lourival Baptista (Sergipe) — Senador Lenoir Vargas, assinei também o requerimento. Associo-me ao pesar desta Casa pelo falecimento do ex-Senador Irineu Bornhausen. A perda do eminente homem público, ex-Governador e ex-Senador, junta-se a dor da perda de um amigo, de um homem que sabia ser leal, fiel e amigo. Irineu Bornhausen foi figura destacada de nossa vida pública. Era possuidor de qualidades raras de liderança. Realizou em Santa Catarina um Governo fecundo. Teve papel relevante nas conspirações e articulações que antecederam o Movimento de Março de 1964. Foi homem de luta e de ideais, e se colocou na vanguarda daqueles que pugnaram pela Revolução, e nela colaborou de forma muito importante. Lamentamos a morte de um homem público, de um grande empreendedor como foi Irineu Bornhausen. Reverenciamos a sua memória, manifestando a nossa saudade e o nosso pesar.

O SR. LENOIR VARGAS (Santa Catarina) — Nobre Senador Lourival Baptista, agradeço o aparte de V. Ex^a.

Releve-me Sr. Presidente, releve-me o Senado, se, por parte da representação de Santa Catarina, um pouco extenso venha a ser na antecipação da homenagem legítima que o Senado por certo haverá de prestar na ocasião oportuna a essa grande figura da vida pública catarinense.

É que, Sr. Presidente, fiquei profundamente emocionado quando, na tarde de ontem, recebi a notícia da morte desse ilustre amigo.

Foram anos sem conta aqueles em que na minha mocidade, estando do outro lado da barricada, empenhamos a nossa inteligência e o nosso trabalho num combate que teve a marcar-lhe sempre a característica do cavalheirismo, da altanería e da compostura.

Ao tempo em que era adversário de Irineu Bornhausen, admirava-lhe a capacidade política, melhor diria, o gênio político que possuía. Sobretudo me cativava a lhanza do seu trato, a cordialidade com que tratava aqueles que todos os dias, na Assembléia Legislativa, quando ele Governador, lhe faziam oposição. Espírito democrata dos mais elevados, daqueles que não ficam apenas a alardear a beleza da democracia, mas que vivem nos atos, nos pensamentos e nas ações.

Esta Casa, quando ele Senador, e os amigos do seu antigo Partido tiveram, tantas e tantas vezes, a oportunidade de testemunhar e de elogiar a grandeza do seu coração e a firmeza da sua postura política.

Creio, Sr. Presidente, que uma das grandes compensações da Aliança Renovadora Nacional, para mim, foi a circunstância e o fato de nos ter colocado, lado a lado, grupos que há tanto se batiam na política de Santa Catarina, para a tarefa comum da construção de uma nova organização política; a oportunidade da troca de impressões e a permanência de palestras, para que pudéssemos mais ainda admirar aquele que fora um leal adversário e que, nos últimos tempos, era um destacado, um altivo comandante da Aliança Renovadora Nacional no Estado de Santa Catarina, e a cuja liderança, Sr. Presidente, perfeitamente enquadrados no novo Partido, não tínhamos a menor dúvida e nenhuma hesitação em acompanhar, por conhecer a lisura dos seus métodos e — como disse — a compostura do seu temperamento.

Esta palavra de homenagem e de saudade, a Representação de Santa Catarina precisava dizer.

Aprovado o requerimento do Líder da Maioria, subscrito por tantos outros colegas desta Casa, na oportunidade da sessão que será realizada especificamente para homenagear a memória desse grande lutador que foi Irineu Bornhausen, a Representação catarinense voltará a pronunciar-se, para, pormenorizadamente, destacar, mais uma vez, os feitos dessa brilhante vida pública.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, da aprovação do envio de telegramas manifestando o pesar do Senado à família do Ex-Senador, levo também meu abraço comovido ao nosso futuro Governador do Estado e nosso nobre colega, Senador Antônio Carlos Konder Reis, membro desta ilustre família catarinense.

Com essas palavras, Sr. Presidente, creio que a Representação catarinense manifesta ao requerimento apresentado à Mesa a sua integral, total solidariedade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Mesa se associa às justas homenagens que acabam de ser prestadas à memória do ex-Senador do Estado de Santa Catarina — Irineu Bornhausen, e fará cumprir a deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1^o-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 159, DE 1974

Nos termos do artigo 186 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 27 de agosto do corrente seja dedicado a reverenciar a memória do ex-Senador e ex-Governador do Estado de Santa Catarina, Irineu Bornhausen.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1974. — **Virgílio Távora** — **Lenoir Vargas** — **Ruy Santos** — **Lourival Baptista**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Aprovado o requerimento, a Mesa designará o Expediente do próximo dia 27 para o Senado prestar as homenagens devidas à memória do ex-Senador Irineu Bornhausen.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do art. 279 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 1974, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a redação do item II do art. 9º do Código de Processo Civil, considerado rejeitado em virtude de ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da Comissão a que foi distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Sergipe) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em 1949, surgia em Aracaju uma obra assistencial lançada pelo Bispo de então Dom Fernando Gomes, hoje, Arcebispo de Goiânia, obra que, aos olhos da população, pareceu um gesto de generosa audácia, e talvez mesmo de temeridade.

Refiro-me ao Serviço de Assistência à Mendicância (SAME), organizado na Capital do meu Estado há 25 anos atrás para atender, socorrer e abrigar as centenas e centenas de mendigos que esmolavam tristemente pelas ruas da bela Capital sergipana.

A situação social das classes mais pobres, naqueles idos, era muito mais séria e grave do que nos dias que correm no Nordeste do Brasil. Medidas sociais de norme importância, como o FUNRURAL e a aposentadoria dos camponeses pobres, nem sequer então imaginavam.

Todos os meses a cidade de Aracaju recebia dos municípios mais pobres do interior uma dolorosa legião de pedintes que vinham tentar, nas ruas da Capital, obter as esmolas para sua sobrevivência.

Foi então que, juntamente com um grupo de homens corajosos e cheios de espírito paterno, Dom Fernando Gomes, lançou os fundamentos do SAME.

A obra começou penosamente em pavilhões emprestados do antigo quartel do 28 B.C., o qual, como é de justiça pôr em relevo, até hoje fornece substancial ajuda para alimentação dos assistidos do SAME.

Ao longo dessas duas décadas e meia, o SAME, que parecia uma obra fadada ao fracasso, miraculosamente não apenas sobreviveu, mas em sua ampla sede própria se transformou numa grande instituição de promoção humana.

Com efeito, nos seus pavilhões, hoje, todos os filhos dos assistidos do SAME, recebem instrução escolar e formação profissional.

Não se contentando apenas em aliviar o fim da existência dos seus albergados permanentes e 500 famílias assistidas, o SAME partiu para a educação daquelas famílias pobres transformando-as, como tive ocasião de verificar pessoalmente, em crianças e adolescentes felizes que se preparam para ser cidadãos honrados e úteis à Pátria.

É de justiça acentuar o impulso extraordinário que o SAME recebeu de Dom José Vicente Távora, sucessor de Dom Fernando Gomes e terceiro Bispo de Aracaju. Entre outros nomes a memória e o coração me mandam citar aqui os de Torquato Fontes, seu primeiro Presidente e irmão do saudoso Senador Lourival Fontes; como

ainda os nomes de José Quintiliano da Fonseca Sobral, Doutor Leonardo Leite, Doutor Manuel Ferreira Neto, Pedro Bastos, Doutor Olavo Leite e, de modo particular, o Coronel Max José Ribeiro, seu atual Presidente.

Dedicando-se, diariamente, há muitos anos, de seu tempo carregado de ocupações e de encargos, a essa obra que ele diz considerar como sendo sua segunda família, o Coronel Max José Ribeiro é o responsável maior pelo surto de expansão dos trabalhos do SAME, nesses últimos anos.

Durante o meu Governo, nunca faltei a essa instituição com o apoio e os recursos que lhe eram necessários para levar a cabo sua difícil tarefa.

Ontem, onze de agosto, foi comemorado solenemente em Aracaju, o 25º aniversário da instalação do SAME.

A cerimônia foi aberta com uma missa de ação de graças, na sede do SAME, na presença de todos os seus assistidos, adultos e crianças, pelo atual Arcebispo de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, que vem dando à obra todo o incentivo e apoio que lhe são possíveis.

A comunidade sergipana, para quem o SAME se tornou em sinônimo de esperanças, de solidariedade e de amor fraterno, está participando intensamente das alegrias dessas bodas de prata de uma das instituições assistenciais e promocionais mais respeitáveis e importantes em todo o Estado de Sergipe.

Congratulo-me pessoalmente com a diretoria do SAME, na pessoa do Coronel Max José Ribeiro, e com a Arquidiocese de Aracaju, através do seu Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte, juntando aos meus calorosos parabéns os meus votos ardentes de que esta obra continue prestando os inestimáveis serviços, que em 25 anos vem realizando em Sergipe. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Clodomir Milet, por cessão do nobre Senador Guido Mondin.

O SR. CLODOMIR MILET (Maranhão) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Chego a esta tribuna para cumprir um dever. Sr. Presidente, quando vejo nas colunas de um dos jornais mais importantes deste País, **O Estado de S. Paulo**, uma agressão insólita e descabida a um dos elementos mais capazes da política do meu Estado, a um dos homens que, nas lutas políticas do Estado, mais se tem destacado, lutando pela confraternização, e para que se possa chegar a um clima de paz e harmonia visando aos superiores interesses do Maranhão.

Quando vejo, Sr. Presidente, que o articulista político desse jornal vem com uma afirmação que não encontra apoio na verdade, antes a distorce, eu não poderia deixar de ocupar esta tribuna em defesa do correligionário, do amigo, do cidadão honrado e probo, daquele, Sr. Presidente, que será, a partir de 1975, o Governador da minha terra.

Com efeito, Sr. Presidente, comentando a escolha dos elementos que iriam assumir os governos dos Estados da Federação, o colonista político citou nominalmente, e só a ele, o Deputado Nunes Freire, dizendo que a sua escolha foi uma decepção das mais constrangedoras:

“Deputado em várias legislaturas sucessivas, Nunes Freire conseguiu manter-se no mais opaco anonimato, como a mais apagada figura da bancada. Dele nunca se teve notícia de um projeto, um discurso, um parecer, sequer uma emenda. O cacoete da discricção, levado a tal exagero, de cura improvável em varão de idade procveta, exclui por antecipação o Maranhão do debate político.”

Ora, Sr. Presidente, tenho aqui em mãos nada menos que três discursos de S. Exª, — e que discursos, Sr. Presidente! — na Câmara dos Deputados, abordando o problema da terra, o problema do ho-

mem do interior, o problema da pecuária maranhense, problemas que ele conhece a fundo, com ninguém, talvez, no Estado.

Tenho aqui, Sr. Presidente, um discurso, relatando a sua viagem a Israel, trazendo para a Câmara dos Deputados preciosas informações de tudo quanto lhe foi dado ver e observar na terra israelense.

Esse discurso, Sr. Presidente, calou tão fundo, foi tão bem recebido na Câmara dos Deputados, que o seu colega, o Deputado Antônio Bresolin, Presidente da Comissão de Agricultura, de que faz parte o Deputado Nunes Freire, disse em aparte o seguinte:

"Desejo congratular-me com V. Ex^a pelo magnífico trabalho que está realizando. O eminente colega aproveitou muito bem o recesso. Em lugar de fazer turismo, visitou Israel de ponta a ponta, dedicou-se, com profundidade, ao estudo da pecuária e da agricultura. Sem nenhum desmerecimento para ninguém, V. Ex^a é um dos melhores membros da Comissão de Agricultura e Política Rural, emérito conhecedor da agricultura e da pecuária do Nordeste. Traz V. Ex^a para esta Casa magnífica contribuição. Oxalá todos os Deputados fizessem o mesmo durante o recesso parlamentar; e esta Casa seria enriquecida com muitos subsídios. Meus parabéns a V. Ex^a, eminente amigo."

No discurso que pronunciou na sessão de 2 de setembro de 1971, ele aborda um problema delicado: "O Maranhão, Estado que flutua na opulência e vive na pobreza". Mostra como vive o homem do interior, as dificuldades que enfrenta, a sua pobreza no meio de tanta riqueza.

Sr. Presidente, o homem do interior, no Maranhão, quebra o babaçu e faz a sua roça, pelos processos mais primitivos. Continua, na vida de hoje, a vida primitiva dos seus ancestrais, de velho caboclo.

O Deputado Nunes Freire chama, então a atenção do Governo para as providências que ele entende necessárias, urgentes e imediatas, para que se possa realmente levar o progresso até os longínquos rincões do Estado, para que se possam aproveitar todas as potencialidades da terra e da gente maranhense.

Sr. Presidente, num discurso que pronunciou na sessão de 19 de outubro de 1973, S. Ex^a aborda o problema dos incentivos fiscais, que considera, tal como é adotado na prática, como fator inflacionário, e chama a atenção para aspectos especiais do sistema, sugerindo medidas visando a eliminar as distorções e ao encaminhamento das soluções racionais para o desenvolvimento regional.

Aconselho a leitura desse discurso do Deputado Nunes Freire, que mereceu de ilustres colegas seus, na Câmara dos Deputados, os maiores elogios pela forma por que as verdades eram ditas e pela maneira por que a matéria foi dissecada, particularmente no que se refere ao problema do custo da terra e da sua valorização posterior para que as empresas possam satisfazer as exigências para o recebimento dos incentivos dos artigos 34 e 18 da Constituição.

Os homens do Sul, os grandes empresários de São Paulo, estão se dirigindo para o Norte e Nordeste e fundam ali suas empresas e aproveitam, eles próprios, os benefícios da parte do Imposto de Renda não recolhidos, e ainda compram projetos que tiveram já aprovação da SUDAM e na SUDENE, e que não podem ser implantados pelos homens da região porque estes não têm condições de fazer a dispendiosa e caríssima captação de recursos.

Não sei se com o Governo do Deputado Nunes Freire, alguma coisa não vai mudar, no particular.

Ele conhece bem o assunto e poderá discuti-lo com as autoridades federais, pondo termo a certas e inconpreensíveis explorações que se fazem, sempre em detrimento e em prejuízo da região e do homem do Norte e do Nordeste.

Sr. Presidente, não queremos afastar os investidores do Sul, mas, apenas, chamar a atenção para uma realidade e para uma situação que só tende a se agravar. Quem sabe se a raiz dessa agressão e insulto a um homem do porte do Deputado Nunes Freire, não está

no conhecimento que determinadas áreas têm de que, à frente do governo, não irá permitir ou, pelo menos, tudo irá fazer para que a aplicação dos incentivos na região que seja fraudada e concorra de fato, para o desenvolvimento industrial e agropecuário do Estado? Quem lê os seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados logo se capacitará de que para o governo do Estado irá um homem que conhece os seus problemas e sabe como tratá-los.

O Sr. Helvídio Nunes (Piauí) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET (Maranhão) — Com todo prazer.

O Sr. Helvídio Nunes (Piauí) — Senador Clodomir Milet, não me cabe a defesa que V. Ex^a produz com muita lucidez, neste instante, mas a mim me cabe prestar um depoimento: conheço há quatro anos o Deputado Nunes Freire, tenho a honra de privar da sua intimidade, e sei que é um homem estudioso, permanentemente preocupado com a sorte de seu Estado. E, nesta breve intervenção, quero explicitar que pelo conhecimento que tenho do Deputado Nunes Freire, ele têm toda a qualificação intelectual e moral para bem dirigir a partir do próximo ano os destinos do Maranhão.

O SR. CLODOMIR MILET (Maranhão) — Muito grato ao aparte de V. Ex^a. Na verdade, Sr. Presidente, o Deputado Nunes Freire, como já disse, é um dos homens mais capazes do meu Estado; Médico, tinha uma das maiores clínicas do Estado quando teve de vir para o Sul para representar o Maranhão na Câmara Federal; ele que já, em três legislaturas, se elegeu deputado estadual.

É ele um agricultor e um pecuarista. É homem independente, um homem sério, repito, é um homem capaz, e o meu Estado estará muito bem entregue, a partir do ano vindouro, às sábias mãos de um homem público que tantos serviços lhe tem prestado.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. CLODOMIR MILET (Maranhão) — Com muito prazer, nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende (Espírito Santo) — Tanto quanto o ilustre Senador Helvídio Nunes, não apenas por observação pessoal, mas por constantes referências obtidas, tenho o Deputado Nunes Freire na conta de um homem qualificado para governar o seu Estado. Uma de suas características fundamentais de biparte no espírito público que V. Ex^a acabou de comprovar, fazendo referência à "separata" do seu discurso, e à seriedade da sua conduta. Quanto à sua participação nos trabalhos parlamentares, devemos reconhecer que há dois tipos de membros do Congresso Nacional: aquele que se destaca nos trabalhos do Plenário, e aquele que se afirma no recesso das Comissões, principalmente nos contatos presenciais que mantêm com os órgãos do Poder Executivo, visando à drenagem de recursos técnicos e financeiros para o seu Estado. O Deputado Nunes Freire se insere nesse conceito parlamentar. Ademais, a escolha dos futuros Governadores foi precedida de uma avaliação de qualidades, de atributos, pela aferição de conceitos e de informações a respeito dos nomes, objeto da missão Petrônio Portella, e da decisão final do eminente Presidente Ernesto Geisel. Quer-me parecer que um dos grandes dados para o homem público atualmente é ter o reconhecimento do Governo Revolucionário, que é sempre, sempre, rigoroso na seleção de valores. Além disso, temos que considerar que dentro da teoria do Estado moderno, o Executivo é cada vez mais forte. O Deputado Nunes Freire tem feito o máximo que pode fazer dentro das limitações que a Constituição impôs ao Congresso, atualmente. E, finalmente, quero dizer que V. Ex^a não fala em seu nome pessoal; fala, também, em nome da Maioria desta Casa.

O SR. CLODOMIR MILET (Maranhão) — Muito grato ao aparte de V. Ex^a, Senador Eurico Rezende.

Na verdade, Sr. Presidente, a escolha dos candidatos foi precedida de um exame atento das circunstâncias e, sobretudo, da aferição dos valores reais de cada um.

Ora, Sr. Presidente, no Maranhão, todos sabem que a confusão era geral. Havia candidatos de toda ordem: todo dia saía um candidato desta ou daquela área política. Afinal, Sr. Presidente, o nome escolhido foi o do Sr. Deputado Nunes Freire. Parecia impossível que se pudesse chegar a um acordo na política maranhense. O Deputado Nunes Freire só teve uma oposição, Sr. Presidente, que foi a dele próprio: procurou as lideranças políticas, quando seu nome foi cogitado, para pedir a cada um que não tratasse do seu nome, que retirasse o seu nome das listas que se pudessem organizar, porque em hipótese alguma aceitaría a sua indicação para Governador.

Mas, Sr. Presidente, o nosso Presidente Petrônio Portella, examinando os nomes, fazendo justamente aquela aferição de valores a que se referiu o Sr. Senador Eurico Rezende, fixou-se nesse nome e o levou ao Senhor Presidente da República, tendo sido escolhido o Deputado Nunes Freire e houve a melhor receptividade para o seu nome em todas as áreas do Estado.

Sr. Presidente, posso dizer a V. Ex^a que nesta Casa, pelos três Senadores do Maranhão; na Câmara Federal, por todos os Deputados do nosso Estado, inclusive da Oposição; na Assembléia Legislativa do Estado; nos Municípios; em toda parte, foi esplêndida, foi ótima a aceitação do nome escolhido pelo Presidente da República para dirigir os destinos do Maranhão no próximo quadriênio.

Nós, que somos de lá, sabemos o que vale um homem como o Deputado Nunes Freire, sabemos o que pode fazer à frente do Governo do Estado, a que ponto pode servir a toda a gente, toda a área, a toda a zona, a todo o povo da minha terra, dirigindo, Sr. Presidente, os destinos do Maranhão.

Ainda há pouco tempo, uma contribuição valiosíssima foi apresentada pelo Deputado Nunes Freire, Sr. Presidente, quando se discutiu a política da carne na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. As sugestões apresentadas ao Sr. Ministro da Agricultura, ele fez anexar a sua própria contribuição, como esta aqui, que foi devidamente considerada: sugestões, pedido de providências, referências ao drama em que vive a pecuária em todo o Norte e, particularmente, no Maranhão, que foi um dos Estados pecuaristas de grande porte no passado, hoje reduzido a proporções mínimas.

Mas, Sr. Presidente, terminando estas considerações, quero deixar nesta Casa o meu protesto, mas, de par com o meu protesto, pela maneira descortês por que foi tratado, em **O Estado de S. Paulo**, o Deputado Nunes Freire; quero deixar um esclarecimento definitivo para orientação de quantos não o conhecem e podem ser mal-informados pelo noticiário faccioso do jornal em questão; o Governador escolhido para dirigir os destinos do Maranhão é um homem plenamente capacitado para exercer as árduas funções e que merece o respeito e o acatamento de todo o Maranhão, que muito espera de seu Governo e que se sente justamente satisfeito pela feliz escolha que do seu nome honrado fez o eminente Presidente Ernesto Geisel.

É o meu depoimento a respeito de um homem de bem, de um respeitável político que saberá honrar e engrandecer o posto em que se vai investir pelo voto da ilustre Assembléia Legislativa do meu Estado. **(Muito bem!)** **(Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz. **(Pausa.)**

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mattos Leão.

O SR. MATTOS LEÃO (Paraná) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em julho de 1971, tive oportunidade de focalizar, nesta Casa, o alcance do histórico encontro dos Presidentes Garrastazu Médici e Alfredo Stroessner, no qual ratificaram o interesse e a disposição de seus Governos de assegurar a realização de estudos — hoje praticamente em fase final para o aproveitamento hidrelétrico do trecho do Rio Paraná, desde e inclusive Sete Quedas, ou Salto Guaira, até a foz

do Rio Iguaçu, isto é, ao longo da fronteira dos dois países. Naquela ocasião, enfatizei o patriotismo e clarividência do Governo brasileiro, iniciando entendimentos com o país vizinho e amigo, o Paraguai, para a construção do que deverá ser a maior usina do mundo, que então cognomei de "Hidrelétrica do Século".

Em maio de 1972 voltei ao assunto, reportando-me à importância da V REUNIÃO DOS CHANCELERES DOS PAÍSES DA BACIA DO PRATA, na qual foram submetidas as resoluções do Comitê Intergovernamental que aprovou tese brasileira relacionada com o aproveitamento hidrelétrico de rios internacionais de curso sucessivo, integrantes daquela bacia hidrográfica. Na oportunidade, manifestei minha certeza e confiança — que era também de toda a Nação brasileira — em que o projeto, então "Sete Quedas", hoje "Itaipu", seria uma realidade neste último quarto de século, que antecede o ano 2.000, a fim de compatibilizar a oferta maciça de energia elétrica com a demanda vertiginosa do mercado, prevista a partir da próxima década.

Ainda no mesmo ano de 1972, em setembro, ocupei-me da audiência do Presidente Médici com o dirigente da Administración Nacional de Eletricidad do Paraguai, Engenheiro Enzo de Bernardi, presente, também, o então Ministro Dias Leite, das Minas e Energia, em que ficou acertado que o Brasil e o Paraguai constituiriam uma empresa binacional para a construção da Usina de Itaipu, dada a alta prioridade do empreendimento. Mais uma vez deixei evidenciado seu alto significado econômico no contexto do esforço desenvolvimentista do País, para o qual nunca será demais insistir.

Voltei ao assunto em abril de 1973 e, em agosto desse mesmo ano, primeiramente para ressaltar que nossa geração seria não só testemunha, mas, também, beneficiária do gigantesco empreendimento e, mais que isso, contemporânea do início de uma nova época, numa área do sul do continente, historicamente turbulenta, mas que, com Itaipu, ingressava em um novo ciclo integracionista e, em seguida, para expressar o regozijo geral pela ratificação do Tratado, firmado entre os dois países, que tornou possível a constituição da empresa binacional, para a execução da obra.

Estavam, afinal, superados todos os obstáculos que se antepuseram a esse notável projeto — previsto na hoje histórica "Ata de Iguaçu", de 1966 — que mobilizou o esforço de eminentes diplomatas e juristas para lhe abrir caminho no cipoal de objeções internacionais.

Assomo, hoje, a esta tribuna, para registrar o mais recente e importante evento relacionado com o Projeto Itaipu, ocorrido em maio último e que, por motivos alheios à nossa vontade e pelo receso que logo sobreveio, do Congresso, só agora é feito. Quero referir-me à Ata de Instalação da Itaipu Binacional, nome oficialmente dado à empresa incumbida da construção e posterior operação da grande hidrelétrica, ocasião em que tomaram posse os membros de seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Esse documento foi firmado na oportunidade do encontro entre os Presidentes Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner, realizado em Foz do Iguaçu e em Porto "Presidente Stroessner" e por eles também subscrita, em testemunho do estabelecido no Tratado entre os dois países.

Da Itaipu Binacional fazem parte notáveis e experientes figuras que atuam no setor da energia elétrica dos dois países, o que por si só já constitui garantia da mais alta eficiência e eficácia para o empreendimento, animando-me, por isso mesmo, a propor a inserção dessa Ata nos Anais da Casa, para o que passo à sua leitura:

"Ata de Instalação da Itaipu Binacional e Posse do seu Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Aos dezessete dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e quatro, por ocasião da entrevista do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General de Exército Ernesto Geisel com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República do Paraguai, General de Exército Alfredo Stroessner, realizada em Foz do Iguaçu e

em Porto Presidente Stroessner, procedeu-se a instalação da entidade binacional denominada ITAIPU, criada pelo Tratado celebrado em 26 de abril de 1973. Para tal fim os Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e das Minas e Energia, do Brasil, Antônio Francisco Azeredo da Silveira e Shigeaki Ueki, juntamente com os Senhores Ministros de Relações Exteriores e das Obras Públicas e Comunicações, do Paraguai, Raul Sapena Pastor e General de Divisão Juan A. Cáceres, deram posse em seus respectivos cargos aos Membros do Conselho de Administração, Senhores Embaixador Espedito de Freitas Rezende, Engenheiro Mário Penna Bhering, General Amyr Borges Fortes, Engenheiro Lucas Nogueira Garcez, Dr. Hélio Marlos Penna Beltrão, Engenheiro Mauro Moreira, Dr. Alberto Nogueira, Dr. Ezequiel Gonzales Alsina, General de Divisão "SR" Mário Cósia Tavarozzi, Engenheiro Andres Gomes, General de Divisão "SR" Milcíades Ramos Gimenez e Engenheiro Rogelio Cadogan; e aos Membros da Diretoria Executiva: Diretor Geral, General José Costa Cavalcanti, Diretor Geral Adjunto, Engenheiro Enzo Debernardi, Diretor Técnico, John Reginald Cotrim, Diretor Técnico Adjunto, Engenheiro Hans W. Krauch, Diretor Jurídico, Dr. Antonio Colman Rodrigues, Diretor Jurídico Adjunto, Dr. Paulo José Nogueira da Cunha, Diretor Administrativo Dr. Victorino Vega Gimenez, Diretor Administrativo Adjunto, Economista Aloísio Guimarães Mendes, Diretor Financeiro Professor Manoel Pinto de Aguiar, Diretor Financeiro Adjunto Engenheiro Fidencio J. Tardivo, Diretor de Coordenação Engenheiro Carlos A. Facetti e Diretor de Coordenação Adjunto Engenheiro Cassio de Paula Freitas. Na mesma oportunidade assumiram as funções a que se refere a Nota Reversal sobre os assuntos de que tratam o parágrafo primeiro do artigo XVII e XXII do Tratado, para as quais foram designados, os Senhores Ministro João Hermes Pereira de Araújo e Dr. Carlos Augusto Saldívar.

Em testemunho do que subscrevem a presente Ata os Excelentíssimos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai, assim como os Senhores Ministros representantes das Altas Partes o que também fazem os Conselheiros e Diretores mencionados."

Srs. Senadores, a frequência com que temos tratado deste assunto no Senado é perfeitamente explicável, não só porque se trata da maior obra hidrelétrica já concebida no mundo, pondo em relevo o arrojo dos estadistas da Revolução e o seu novo conceito de vizinhança continental, baseado na cooperação integracionista, mas, também, porque toda a parte brasileira do grandioso Projeto se situa no Paraná, Estado que represento nesta Casa.

Como salientou o Engenheiro Arturo Andreoli, Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — que será uma das empresas brasileiras a absorver uma cota da futura energia de Itaipu: "O Paraná será o primeiro a beneficiar-se com a obra, mesmo antes que ela entre em operação, já que a fase de construção vai desencadear uma colossal mobilização de recursos na área, para apoio das várias frentes de trabalho a serem abertas".

Dessa ampla infra-estrutura de apoio, fez parte o adensamento da rede viária na região Oeste de meu Estado, a começar pela extensão ferroviária do ramal Guarapuava — Cascavel — Foz do Iguaçu, para o transporte pesado dos materiais de construção e equipamentos mecânicos exigidos pela construção da hidrelétrica.

Por mais de uma vez, já me ocupei, nesta Casa, com os problemas relacionados à região do Oeste Paranaense, que conheço muito bem, pois foi ali que iniciei minha vida política. É uma das áreas mais prodigiosas do Paraná, em termos de potencialidades agropecuárias e industriais, mas, talvez, por ser de recente ocupação, uma das menos assistidas em obras de infra-estrutura básica, principalmente no setor dos transportes.

A existência de Itaipu vai, portanto, provocar um *rush* de obras, com reflexos positivos, inclusive nas suas imensas possibilidades turísticas, dando, com isso, caráter de permanência aos melhoramentos físicos, que serão implantados em função da construção de Itaipu.

Tudo isso explica a ansiedade e a atenção com que os paranaenses acompanham as demarches em torno desse extraordinário Projeto, que, além de suas conotações locais, se constitui, sem favor, entre as grandes iniciativas nacionais da Revolução, a exemplo da ponte Rio-Niterói e da conquista da Amazônia, que já puzeram à prova a audácia e a capacidade de nossos atuais estadistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 40 Srs. Senadores.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 150, de 1974, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial publicado em *O Globo*, de 1º de agosto de 1974, intitulado "Verdade Confiscada".

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) —

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 344, de 1974) do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1974 (nº 149-B/74, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arcoio Chuí, concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em Montevideú, por troca de notas de 21 de julho de 1972.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1974 (nº 149-B/74, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1974

Aprova o texto da Declaração Brasileiro-Uruguia sobre Limite de Jurisdições Marítimas, firmado em Montevideú, por troca de notas de 21 de julho de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Declaração Brasileiro-Uruguia sobre Limite de Jurisdições Marítimas entre a República Federativa

do Brasil e a República Oriental do Uruguai, firmado em Montevideu, por troca de notas de 21 de julho de 1972.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) —

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 343, de 1974), do Projeto de Resolução nº 20, de 1974, que suspende a execução de parte do texto do art. 71 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-la, vou encerrar a discussão. **(Pausa.)**

Está encerrada.

Encerrada a discussão e não havendo emendas nem requerimento para que seja a redação final submetida a votos, considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 20, de 1974.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1974

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de expressão contida no art. 71 da Constituição do Estado do Mato Grosso.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 4 de abril de 1973, nos autos da Representação nº 873, do Estado do Mato Grosso, a execução da expressão "... e um Escrivão de Paz ..." contida no art. 71 da Constituição daquele Estado, promulgada com a Emenda nº 5, de 17 de setembro de 1971.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Não há orador inscrito, para depois da Ordem do Dia.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, e destinada à discussão do Projeto de Lei número 2, de 1974.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1974 (nº 514-B/71, na Casa de origem), que estende à Associação dos Funcionários da Justiça do Trabalho da 2ª Região o disposto na Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 252, de 1974, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**.

— 2 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1973, de autoria do Sr. Senador Emival Caiado, que altera

dispositivos da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, tendo

PARECERES, sob nºs 167 e 168, de 1974, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**: em parecer preliminar, pela constitucionalidade e juridicidade e, em 2º pronunciamento, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1974, de autoria do Sr. Senador Wilson Gonçalves, que dá nova redação ao Art. 681, da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 241 e 242, de 1974, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Legislação Social**, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos.)

EDITORIAL PUBLICADO EM O GLOBO, DE 1º DE AGOSTO DE 1974, INTITULADO "VERDADE CONFISCADA". QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 150, DE 1974, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR VASCONCELOS TORRES. APROVADO NA SESSÃO DE 12-8-74.

"VERDADE CONFISCADA"

O golpe mortal desferido pelo Presidente Velasco Alvarado contra os dez maiores jornais peruanos, à guisa de instituir um novo "modelo" mais autêntico de liberdade de imprensa, levou a opinião pública continental a um agudo estado de alarma e, felizmente, tem suscitado reações expressivas — sobretudo no setor estudantil — dentro do próprio país onde se praticou o atentado em massa ao direito democrático da informação.

Depois de refletir a posição veementemente condenatória e solidária de toda a imprensa do Hemisfério, a Associação Interamericana de Imprensa manifesta ainda, em documento dirigido ao principal responsável pelo ato liberticida, a esperança de que os jornais confiscados sejam devolvidos aos seus legítimos proprietários, duplamente atingidos na carga brutal que lhes calou a voz independente e a desoras, os destituiu da propriedade de suas empresas.

Não há indícios, porém, que animem qualquer expectativa de retorno às inspirações democráticas no regime militar-socialista do Peru de hoje, tal a sua escalada para as soluções da ditadura soviética. O "cârcere do silêncio", a que se refere no exílio o ex-diretor de "La Prensa", Petro Beltrán, constitui peça decisiva para que esses desígnios sejam levados às últimas consequências. É preciso talar o direito de crítica e impor a verdade oficial, afiançada por sindicatos e organismos de classe cúmplices do processo comunizante.

O Presidente Alvarado faz agora um copioso exercício pretextatório para justificar a decisão cesarista e totalitária, sem poder acreditar, entretanto, que a opinião mundial ingenuamente se convença de suas boas intenções como reformador da missão da imprensa nas sociedades livres. Não há, em sua consciência, quem consiga ver a preconizada imprensa da maioria social e dos marginalizados operando através de sindicatos submetidos ao Governo peruano, com este fazendo causa comum para a completa sovietação do país. O jornalismo arregimentado, posto nas mãos de "pelegos", nega pela base a busca do "pluralismo das formas de propriedade dos órgãos de imprensa" em que também se arrimou o Presidente Alvarado na sua demonstração de força. Ou, talvez, de desespero.

Convertida numa multiplicidade extravagante de diários oficiais, órfã do espírito empresarial privado que amplia, areja e moder-

niza constantemente as dimensões da informação, a imprensa peruana foi colocada nos rumos do inglório futuro de um "Pravda" ou de um "Granma", melancólicos boletins de governos autoritários e estereis porta-vozes de conceitos pré-fabricados.

Nos Estados Unidos, uma imprensa de proprietários privados — que Alvarado prefere chamar de "um dos últimos baluartes da plutocracia reacionária" — abriu e vem sustentando sem obstáculos o processo de julgamento político e moral do Presidente da República, suprema autoridade nacional e líder, de direito, da maior potência da Terra.

No Peru alvaradista dificilmente deixarão de ocorrer abusos ou mesmo escândalos do poder público. Mas, certamente, já não haverá uma imprensa desamordaçada para cumprir a responsabilidade pública da denúncia. Ainda mais do que a imprensa, a própria instituição da verdade foi confiscada numa torva madrugada peruana."

ATA DA 115ª SESSÃO, REALIZADA EM 7-8-74

(Publicada no DCN — Seção II — de 8-8-74)

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Resolução nº 21, de 1974, aprovado na Ordem do dia, que suspende a execução de dispositivo legal que especifica:

Na página 2.857, 1ª coluna, no art. 1º do projeto,

Onde se lê:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso III, do art. 121, da Constituição de Mato Grosso, com a redação da Emenda nº 6, de 13 de abril de 1972, declarando inconstitucional por decisão. . .

Leia-se:

Art. 1º É suspensa a execução do inciso III, do art. 121, da Constituição de Mato Grosso, com a redação da Emenda nº 6, de 13 de abril de 1972, declarado inconstitucional por decisão. . .

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 1974.

Às dezesseis horas do dia seis de agosto de mil novecentos e setenta e quatro, na Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos, sob a presidência do Senhor Deputado Adhemar de Barros Filho, Presidente, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindenberg, Cattete Pinheiro, Geraldo Mesquita, Heitor Dias, João Cleofas, Lourival Baptista, Magalhães Pinto, Virgílio Távora, Benjamim Farah, Nelson Carneiro e Lenoir Vargas e os Senhores Deputados Américo Brasil, Arnaldo Busato, Artur Santos, Daniel Faraco, Geraldo Freire, Geraldo Guedes, Helbert dos Santos, Marcio Paes, Monteiro de Barros, Nogueira de Rezende, Nunes Freire, Osmar Leitão, Parente Frota, Paulino Cícero, Pinheiro Machado, Raimundo Diniz, Ruydalmeida Barbosa, Vasco Neto, Silvio Lopes, Vinicius Cansanção, Alberto Hoffmann, Albino Zeni e Brasílio Caiado, reúne-se a Comissão Mista de Orçamento.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Alexandre Costa, Dinarte Mariz, Eurico Rezende, Fernando Corrêa e José Lindoso e os Senhores Deputados Antônio Florêncio, Aureliano Chaves, Cantídio Sampaio, Francisco Rotemberg, Hugo Aguiar, José Bonifácio, Oceano Carleial, Oswaldo Zanello, Parsifal Barroso, Paulo Alberto, Raimundo Parente, Ubaldo Barém, Freitas Diniz, Henrique Alves, Jairo Brum, Joel Ferreira, José Camargo, Júlio Viveiros, Ney Ferreira, Olivir Gabardo, Padre Nobre, Renato Azeredo, Rubem Medina e Severo Eulálio.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião e comunica aos membros da Comissão que o objetivo da presente é aprovar as Normas para tramitação do Projeto de Lei Orçamentária anual para o Exercício Financeiro de 1975. Antes de submetê-las a votação, o Senhor Presidente comunica as alterações introduzidas na proposição em exame, em relação às Normas vigentes para o Projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 1974. Discutiram a matéria os seguintes Senhores Congressistas: Senadores Virgílio Távora, Cattete Pinheiro, Lourival Baptista, João Cleofas e Nelson Carneiro e Deputados Brasílio Caiado, Daniel Faraco, Paulino Cícero e Geraldo Freire e, ainda, o Senador Heitor Dias. Submetidas a votos, foram as mesmas aprovadas, com as alterações propostas aos artigos 8º, com votos contrários dos Senhores Senadores Virgílio Távora, Cattete Pinheiro, Nelson Carneiro, João Cleofas e Lourival Baptista; 14, aprovadas nas condições propostas, por unanimidade; 19, nas condições propostas pelos Deputados Paulino Cícero, Geraldo Freire e Senador Nelson Carneiro, com um parágrafo único; 28, com a alteração proposta pelo Sena-

dor Nelson Carneiro; e, 30, nas condições propostas, por unanimidade dos presentes, sem restrições.

Concluída a votação das NORMAS, o Senhor Presidente comunica aos membros da Comissão o prazo da chegada ao Congresso Nacional da peça orçamentária e faz algumas recomendações a serem observadas no sentido de um maior empenho para que tudo se faça num menor prazo, tendo em vista o pleito eleitoral que se aproxima. Discutiram o assunto os Senhores Senadores João Cleofas, Nelson Carneiro e os Senhores Deputados Daniel Faraco e Paulino Cícero.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Daniel Reis de Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Adhemar de Barros Filho

Vice-Presidente: Senador João Cleofas

SENADORES		DEPUTADOS
ARENA		
Titulares		Titulares
1. Alexandre Costa		1. Adhemar de Barros Filho
2. Carlos Lindenberg		2. Américo Brasil
3. Cattete Pinheiro		3. Antônio Florêncio
4. Dinarte Mariz		4. Arnaldo Busato
5. Eurico Rezende		5. Arthur Santos
6. Fernando Corrêa		6. Aureliano Chaves
7. Geraldo Mesquita		7. Cantídio Sampaio
8. Heitor Dias		8. Daniel Faraco
9. João Cleofas		9. Francisco Rotemberg
10. José Lindoso		10. Geraldo Freire
11. Lourival Baptista		11. Geraldo Guedes
12. Magalhães Pinto		12. Helbert dos Santos
13. Virgílio Távora		13. Hugo Aguiar
		14. José Bonifácio
		15. Márcio Paes
		16. Monteiro de Barros
		17. Nogueira de Rezende
		18. Nunes Freire
		19. Oceano Carleial
		20. Osmar Leitão
		21. Oswaldo Zanello
		22. Parente Frota
Suplentes		
1. Guido Mondin		
2. Lenoir Vargas		
3. Luiz Cavalcante		
4. Mattos Leão		

DEPUTADOS

Titulares

23. Parsifal Barroso
24. Paulino Cícero
25. Paulo Alberto
26. Pinheiro Machado
27. Raimundo Diniz
28. Raimundo Parente
29. Ruydalmeida Barbosa
30. Sílvio Lopes
31. Ubaldino Barêto
32. Vasco Neto

Suplentes

1. Alberto Hoffmann
2. Albino Zeni
3. Brasília Catado
4. Cláudio Leite
5. Flávio Giovine
6. Gonzaga Vasconcelos
7. Ivo Braga
8. Josias Gomes
9. Magalhães Mello
10. Passos Pôrto
11. Theódulo de Albuquerque

SENADORES

Titulares

1. Benjamim Farah
2. Nelson Carneiro

Suplentes

1. Franco Montoro

MDB

DEPUTADOS

Titulares

1. Freitas Diniz
2. Henrique Alves
3. Jairo Brum
4. Joël Ferreira
5. José Camargo
6. Júlio Viveiros
7. Ney Ferreira
8. Olivir Gabardo
9. Padre Nobre
10. Renato Azeredo
11. Rubem Medina
12. Severo Eulálio
13. Vinicius Cansanção

Suplentes

1. Amaury Müller
2. Antônio Annibelli
3. Dirceu Cardoso
4. Eloy Lenzi

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo do Anexo II do Senado Federal. — Secretário: Daniel Reis de Souza — Telefone: 24-8105 Ramais: 303 e 675.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1974

Às dez horas do dia oito de maio de mil novecentos e setenta e quatro, com a presença dos Senhores Senadores Leandro Maciel-Presidente, Alexandre Costa, Lenoir Vargas, Benjamim Farah, Luiz Cavalcante, Ruy Carneiro, Arnon de Mello, Geraldo Mesquita, José Sarney, Amaral Peixoto e Saldanha Derzi e os Senhores Deputados

Monteiro de Barros — Presidente da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados, Daniel Faraco, Laerte Vieira, Célio Borja, Prisco Vianna, Flávio Marcílio, Antônio Pontes, Dasso Coimbra, Eloy Lenzy, Norberto Schmidt, João Vargas, Nasser de Almeida, Garcia Neto, Júlio Viveiros, Vasco Neto, Francisco Libardoni, Ney Ferreira; Dias Menezes, José Camargo, Léo Simões, Alfeu Gasparini, Cantídio Sampaio, João Castelo, Sílvio Botelho, Lomanto Júnior, Alcir Pimenta, José Hadad e Florim Coutinho, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado, no recinto e na presença da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados, para em conjunto, ouvirem a exposição de Sua Excelência o Senhor Ministro das Comunicações — Comandante Euclides Quandt de Oliveira.

O Presidente da Comissão de Comunicações Deputado Monteiro de Barros abre os trabalhos e faz referência à experiência profissional do convidado e aos objetivos da presente reunião conjunta, convidando a assumir a Presidência, o Senhor Senador Leandro Maciel.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Leandro Maciel ressalta a competência do conferencista e para ordenar os trabalhos, abre as inscrições aos Senhores Congressistas que desejarem interpellá-lo ao final da exposição e concede a palavra ao Comandante Euclides Quandt de Oliveira, que faz a exposição constante do anexo apanhamento taquigráfico, parte integrante da presente Ata.

Encerrada a exposição, usam da palavra os Senhores Deputados: Laerte Vieira na condição de líder; Vasco Neto, João Guido, Léo Simões, Elias Carmo, Alberto Costa, Antonio Pontes, Florim Coutinho, Dias Menezes, José Camargo, Jerônimo Santana, Alcir Pimenta, Maurício Toledo e Prisco Viana.

Na condição de Assessores do Expositor, usam da palavra os Senhores: Hélio Loro Orlandi — Diretor-Geral do DENTEL; Haroldo Corrêa de Mattos — Presidente da EMBRAFEL; José Antonio de Alencastro e Silva — Presidente da TELEBRÁS; e Armando Tanaka — Diretor da Empresa de Correios e Telégrafos.

O Senhor Deputado Monteiro de Barros em nome da Comissão de Comunicações agradece a presença do convidado, enaltecendo o brilhantismo de sua exposição e a todos que dela participaram e colaboraram para a sua realização e para o seu sucesso.

Ao encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente Leandro Maciel agradece a presença e a colaboração de todos e propõe e é aprovado e observado, por todos de pé, um minuto de silêncio em homenagem ao maior brasileiro de sua época, pioneiro e patrono das comunicações — o Marechal Cantídio Mariane da Silva Rondon.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente autoriza a publicação das notas taquigráficas da presente reunião conjunta e encerra os trabalhos. E, para constar, eu, Leda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, lavro a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXÓ A ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE COMUNICAÇÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA A OUVIR A CONFERÊNCIA DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES — COMANDANTE — EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA, QUE SE PUBLICA COM A NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Monteiro de Barros) — Declaro aberta esta reunião da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados e da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado.

Atendendo a convite formulado pela Câmara dos Deputados, concordou o Sr. Ministro das Comunicações em fazer uma exposição a esta Casa. Quero convidar o nobre Líder do MDB, Deputado Laerte Vieira e o nobre Líder da ARENA, Deputado Célio Borja, para fazerem parte da Mesa.

O Comandante Euclides Quandt de Oliveira, Ministro de Estado das Comunicações, foi oficial da Marinha de 1942 a 1969. Durante sua carreira na Marinha, exerceu funções relacionadas com a eletrônica e telecomunicações, participando da criação da Diretoria de Comunicações em 1946 e da criação e organização da Escola de Eletrônica, de 1947 a 1950. De 1951 a 1954 serviu na Divisão de Eletrônica como encarregado de comunicações do cruzador Tamandaré. Foi o Chefe do projeto elétrico e eletrônico da modernização do navio — Aeródromo Minas Gerais, de 1956 a 1959, em Londres e em Haia. De abril de 1964 a julho de 1965, foi Subchefe da Marinha do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco, em Brasília, e de julho de 1965 a abril de 1967, foi Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações — CONTEL, no Rio de Janeiro. Presidiu as Comissões que negociaram e efetuaram as aquisições da Companhia Telefônica Brasileira e da Companhia Telefônica Nacional — 1965 a 1967. Dirigiu a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e os estudos que culminaram com a decisão de implantação da estação terrena para comunicações via Satélite no Brasil. Sob sua orientação foram estabelecidas normas gerais regulando as comunicações telefônicas, públicas e privadas e a radiodifusão. Foi ainda Vice-Presidente da Comissão Interamericana de Telecomunicações em Washington e Chefe da Delegação do Brasil na II Reunião dessa Comissão. Participou do Grupo que preparou o programa e os termos de referência para a elaboração do projeto da rede interamericana de telecomunicações, tomou parte, no setor de telecomunicações, da preparação do anteprojeto para a constituição de 1967. Como Diretor da Siemens — São Paulo, respondeu por todos os assuntos referentes às telecomunicações da Companhia, de 1969 até setembro de 1972.

Em 9 de novembro de 1972 tornou-se Presidente da Telecomunicações Brasileiras S/A — TELEBRÁS.

Acompanhando o Sr. Ministro encontram-se nesta Casa o Engº Rômulo Vilar Furtado, Secretário-Geral do Ministério das Comunicações; o Engº Armando Nakada, representando o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; o Gen. José Antônio de Alencastro e Silva, Presidente da TELEBRÁS; o Cel. Hélio Loro Orlandi, Diretor-Geral do DENTEL; o Cel. Haroldo Corrêa de Mattos, Presidente da EMBRATEL; o advogado Luiz Carlos Portilho, Consultor Jurídico; o economista Álvaro Bahia, Subchefe do Gabinete; o advogado Álvaro Alberto Sampaio, Assessor Parlamentar e o Jornalista Antônio Nasi Brum, Assessor de Imprensa.

Quero passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Leandro Maciel, Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Srs. Congressistas, acabamos de ouvir a leitura do "currículo" do eminente Ministro das Comunicações, por onde se sente não ser ele um homem iniciado no assunto, de magna relevância para o Brasil, como o das comunicações. Sua vida tem sido toda ela devotada ao estudo das comunicações e sua presença no Ministério é a segurança para todos nós de que teremos uma fase de desenvolvimento, como esperamos: as comunicações, cada dia, aproximando mais os brasileiros. Vamos ouvir a sua palestra, que é um resumo do seu programa na Pasta que dirige. E depois da palestra, ficam desde já abertas as inscrições para todos os congressistas que desejarem interpellar S. Exª. Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Senador Leandro Maciel, Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado; Sr. Deputado Monteiro de Barros, Presidente da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados; Srs. Congressistas, minhas senhoras, meus senhores. Quero inicialmente agradecer a oportunidade que me dão as Comissões de Comunicações do Senado e da Câmara de poder dirigir a palavra a V. Exªs e ao mesmo tempo poder travar um diálogo livre sobre os problemas que afligem as comunicações no Brasil. Vou

procurar fazer uma exposição a mais simples e a mais breve possível, a fim de dar aos presentes a oportunidade de apresentarem suas dúvidas e os problemas que têm, para que eu ou meus auxiliares possamos esclarecer, na medida do possível, aquilo que estiver ao nosso alcance, ou então nos comprometemos, no mais breve prazo possível, a responder ou resolver os problemas apresentados. Embora seja conhecida de todos a situação do Ministério das Comunicações dentro do Poder Executivo, inicio dando um breve esboço. O Ministério das Comunicações tem três setores principais nos quais desenvolve suas atividades: o setor de Telecomunicações, o setor Postal e o setor de Radiodifusão. Esses três setores, embora tenham como finalidade prover uma maior e mais fácil comunicação entre as comunidades, apresentam características completamente diversas. O próprio Ministério, dentro da sua organização interna, trata separadamente desses três setores e a sua união já ocorre em nível superior, quando se procura consolidar e unificar o planejamento e o controle dessas atividades. Na parte referente à telecomunicações, o Ministério exerce uma supervisão superior, fixando diretrizes e metas e coordenando os recursos que forem necessários a ele. A parte de execução das telecomunicações está no presente momento unificada em uma empresa da administração indireta, TELEBRÁS, à qual estão ligadas as empresas representativas de todas as Unidades da Federação. Atualmente, a TELEBRÁS já tem em todas as unidades da Federação, inclusive no Território de Fernando de Noronha, algo feito e uma empresa a ela ligada. A TELEBRÁS tem como subsidiária a EMBRATEL, com a finalidade de unir os grandes centros dos diferentes Estados com meios de comunicações que possam ligar não só a parte de telefonia, como de telegrafia, de televisão, de transmissão de dados e de todos os elementos que compõem atualmente a moderna telecomunicação. Ainda ligada à TELEBRÁS, está sendo preparada a constituição de uma nova empresa de telégrafos, que é um dos setores fundamentais das telecomunicações. Está sendo organizada de modo a assumir todos os serviços de telecomunicações que eram executados pelo antigo Departamento de Correios e Telégrafos e pelas antigas concessionárias estrangeiras de serviços telegráficos e telefônicos. Além dessas duas empresas também com caráter nacional, estão associadas ou subsidiadas à TELEBRÁS as empresas-pólos dos diferentes Estados e Territórios.

O segundo setor a ser considerado é o postal. Dentro deste setor temos atualmente a Empresa de Correios e Telégrafos, sucessora do Departamento de Correios e Telégrafos, agora como empresa pública, a qual, após a constituição da Empresa de Telégrafos, passará a operar somente o serviço postal. A Empresa de Correios — digamos de forma mais simples — tem o seu controle e supervisão superior concentrados na Secretaria-Geral do Ministério, como órgão superior de planejamento e supervisão.

Dentro ainda das telecomunicações, antes de passarmos ao problema de radiodifusão, temos uma série de serviços, como o serviço limitado, os de segurança e vários outros que não são de responsabilidade da TELEBRÁS e não o serão da Empresa de Telégrafos. Esses serviços são, na maioria dos casos, executados pelos próprios interessados ou pelos Governos estaduais, e cuja fiscalização e concessão são feitas pelo Departamento Nacional de Telecomunicações — o DENTEL — ainda sob a supervisão superior da Secretaria-Geral.

Finalmente, o terceiro grande setor do Ministério é o de radiodifusão. A radiodifusão no Brasil tem como base a execução pela iniciativa privada, por concessão do Governo Federal, seguindo a norma existente em alguns outros países do mundo. Cabe, pois, às empresas e às emissoras de radiodifusão, às emissoras de rádio e de televisão, a missão de executar esses serviços.

Sendo a radiodifusão um dos mais poderosos, se não o mais poderoso instrumento de informação e de formação popular, a responsabilidade daqueles que recebem do Governo Federal a concessão para execução desses serviços, é muito grande. O Ministério apenas

tem a responsabilidade de verificar e fiscalizar a parte técnica, supervisionar, e fixar as diretrizes dessa atividade a longo prazo. Nesse setor trabalha o Ministério das Comunicações em íntima cooperação com os Ministérios da Educação e da Justiça.

Quanto às realizações do Ministério e das empresas que lhe são imediatamente vinculadas no setor de radiodifusão, devo mencionar o firme propósito que tem o Governo de procurar melhorar a eficiência das emissoras que são de sua responsabilidade direta, como é o caso da Rádio Nacional de Brasília e do Rio de Janeiro, da Televisão Nacional de Brasília, da Rádio Mauá, da Rádio Ministério da Educação, da Rádio Rural, todas elas executoras diretas do serviço de radiodifusão, e que serão unificadas sob uma administração única, a fim de se obter melhor rendimento das instalações existentes e poder prover um serviço que possa servir de exemplo àquilo que se deseja e que é necessário seja feito pelas emissoras privadas.

Damos o título de RADIOBRÁS para termos uma maneira melhor de nos referir à sociedade que será constituída. No entanto, o nome dela ainda dependerá de uma primeira concordância do Sr. Presidente da República e da aprovação do Congresso Nacional ao anteprojeto de lei que está sendo preparado e será apresentado oportunamente. Mas, para simplificação, continuarei a denominá-la RADIOBRÁS.

O anteprojeto da RADIOBRÁS está sendo preparado, e a sua meta é unificar, como já mencionei inicialmente, as emissoras oficiais existentes e agir dentro do território nacional, nas áreas onde ainda não se faz sentir com a necessária eficiência e rendimento a atividade das emissoras privadas. A RADIOBRÁS — faço questão de frisar — não é um início de estatização, não é uma idéia de estatização, mas simplesmente a necessidade que existe de se procurar a melhor eficiência dos meios existentes e de levar aos mais distantes rincões do território nacional a palavra do Brasil, principalmente nas áreas aonde se faz sentir com muito mais intensidade a atuação de emissoras de fora do nosso território. No que diz respeito ao que já foi executado no campo das telecomunicações, creio que todos os senhores, como usuários do Sistema Nacional de Telecomunicações e de telefonia, poderão, da mesma forma que eu, dar um testemunho dos resultados obtidos. Poderia mencionar que há 7 anos, em 1967, era assinado na EMBRATEL o primeiro contrato para implantação de um tronco de microondas no Brasil. Hoje, já temos em serviço efetivo, unindo todos os Estados e Territórios, sistemas de microondas ou de tropodifusão que completam um total de aproximadamente 18 000 km de extensão de troncos. Em 1967, ao ser assinado o primeiro contrato que correspondia à ligação entre Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, existiam dúvidas não só dentro do próprio setor de telecomunicações como fora dele, de que aquilo que se estava pretendendo instalar no Brasil era um sistema excessivamente ambicioso e, no dizer de alguns, atenderia às necessidades de comunicações até o fim do século. Como simples menção, Porto Alegre ligava-se a São Paulo e ao Rio de Janeiro por meio de seis canais telefônicos que não eram operados, em alguns casos, 24 horas por dia e tinham uma utilização muito baixa. Hoje, o número de canais está na ordem dos 900. Não seria capaz de dizer exatamente, quantos são, porquanto as necessidades de operação fazem com que sejam ligados ou transferidos temporariamente. O que todos sentem é que são insuficientes. Se compararmos o que existe com aquilo que existia há sete anos, estamos quase que comparando o tudo com o nada. Mas se compararmos o que existe com o que todos desejamos, estamos comparando o pouco com o muito. Desta maneira, sempre que uma deficiência surge, uma falha é levantada, uma reclamação — muitas e muitas existem — é feita, podemos vê-la de duas maneiras: comparando com o passado e olhando para o futuro. Não é nosso propósito olhar o passado. Este, como já em várias oportunidades tive ocasião de mencionar, constitui páginas de um livro que só deve ser revisto como lembrança. No entanto devemos evitar usá-lo como justificativa. A preocupação deve ser sempre o que hoje existe face ao que o futuro exige. Nas comunicações urbanas tivemos dificuldades

grandes por uma simples razão: lembro que o custo, o preço da instalação telefônica das cidades era, e ainda continua sendo, um dos maiores problemas que enfrentamos. Hoje, diria que para que uma pessoa possa ter, em sua residência, um telefone custa, ao Sistema de Telecomunicações e ao Ministério, cerca de Cr\$ 9 000,00. Se compararmos esse valor com aqueles existentes em outros países do mundo, verificaremos que não estamos tão longe dos demais. Em muitos setores, o preço do nosso produto está muito acima do mercado internacional. No setor de Telecomunicações, a diferença não é tão grande. Na maioria dos países — e isto recentemente tive oportunidade de verificar através de documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento li essa exposição — o custo de um terminal varia entre 1.000 e 1.200 dólares.

Nos Estados Unidos ele é da ordem de 1.500 dólares. Com preço de 9 mil cruzeiros, não estamos longe da realidade. Nove mil cruzeiros, em face de uma necessidade que temos, a médio prazo, diria eu, em 5 anos, significa cerca de 60 bilhões de cruzeiros, uma quantia bastante elevada. Esse problema do custo das instalações foi o maior entrave para uma rápida ampliação dos sistemas locais. Nos últimos anos, houve uma grande ampliação do sistema interurbano, que teve o mérito de melhorar o serviço prestado às comunidades, de fornecer melhores facilidades para aqueles que governam, que dirigem e que trabalham neste País, dando uma imagem superior ao sistema de telecomunicações. No entanto, estamos agora dando muito maior ênfase à ampliação das redes telefônicas locais, sem perder de vista, entretanto, que permanece a necessidade das comunicações de longa distância e que não podemos deixá-la para trás.

O sistema postal, um dos mais graves problemas que aflige o Ministério das Comunicações, está sendo agora enfrentado, procurando-se, em primeiro lugar, elevar o homem que trabalha naqueles serviços, o homem responsável pela entrega rápida da correspondência, mas que também é o responsável pela demora da entrega, quando ela ocorre. Foram realizados, também, vários cursos de treinamento. Atenção especial foi dada àqueles que desejam melhorar, àqueles que desejam contribuir efetivamente para que o serviço postal atenda às necessidades de V. Ex^{ts}. Digo de V. Ex^{ts}, porque o Congresso Nacional representa o povo brasileiro. Portanto, quando me refiro a V. Ex^{ts}, estou me referindo ao povo brasileiro. O serviço postal melhorou. Ele ainda está muito aquém do que desejamos, mas melhorou. Melhorou, embora, como todos os demais serviços, apresente algumas falhas.

Quanto à radiodifusão, o momento atual é um pouco difícil para o Ministério, porque em consequência do Código Brasileiro de Telecomunicações, que em 1962 prorrogou por dez anos todas as concessões vigentes de rádio, houve um acúmulo de renovações dessas concessões, o que obrigou o Executivo a recorrer ao Legislativo para que este novamente prorrogasse aquele prazo por mais dois anos para que se pudesse, com critério, examinar a situação existente e promover a estabilização do setor de radiodifusão.

Já me alonguei mais do que desejava e vou deixar a V. Ex^{ts}., agora, a faculdade de formular todas as perguntas que desejarem. Vim acompanhado dos principais auxiliares do meu grupo, o grupo das comunicações, e procurarei responder as perguntas que me forem feitas. Pedirei aos meus auxiliares que me ajudem a responder aquelas que não tiver condições de fazê-lo e, se ainda eles não puderem respondê-las neste momento, comprometo-me a, mais tarde, e no mais breve prazo possível, encaminhar àqueles que não ficarem satisfeitos as respostas e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Antes do início dos debates, eu me permito lembrar aos Srs. Congressistas que cada um poderá fazer uso da palavra, durante três minutos, e que o Sr. Ministro terá o dobro do tempo para responder às indagações formuladas. Encareço, também, aos Srs. Congressistas que desejam interpelar o Sr. Ministro que façam uso do microfone da tribuna.

A lista de oradores inscritos, até este momento, é de dez senhores Congressistas.

Vou conceder a palavra, inicialmente, pela sua condição de Líder, ao Sr. Deputado Laerte Vieira. Prosseguirei a chamada, em seguida, respeitando rigorosamente a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Laerte Vieira.

O SR. DEPUTADO LAERTE VIEIRA — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, minhas senhoras, meus senhores, Exmo. Sr. Ministro: Dada a exiguidade do prazo, quase não posso me permitir ao dever de, saudando V. Ex^a, dizer da satisfação que temos em recebê-lo para o debate atinente aos problemas do Ministério que dirige. De modo que vou ser bastante objetivo e vou procurar, no limite de tempo que nos é concedido, falar sobre aquelas dúvidas principais que nos assaltam e solicitar de V. Ex^a os esclarecimentos. A primeira delas refere-se à radiodifusão. Desejava lembrar que o Ministério de V. Ex^a elaborou, no ano anterior, um Plano Nacional que seria aprovado e promulgado. Indagaria se ainda há esta intenção do Ministério, de elaborar esse Plano, tendo em vista que a exploração do serviço de telecomunicações e radiodifusão é feita por concessão. Gostaríamos de saber quais os critérios que vão ser usados para a concessão de novos canais de ondas médias, ondas tropicais e ondas curtas, também, aos quais se diz que o Governo desejava dar prioridade, e nas concessões de canais de televisão.

Sr. Ministro, V. Ex^a anunciou, hoje, a intenção do Governo de criar a RADIOBRÁS, unificando algumas emissoras que ele já possui. Perguntaríamos sobre a conveniência de o Governo continuar fazendo investimentos nesse setor, uma vez que os serviços são concedidos e o Governo, através do "Projeto Minerva", da "A Voz do Brasil" e das cadeias que costumeiramente faz, no rádio e na televisão — eu mesmo tive o prazer de ouvir V. Ex^a, recentemente, e muitas vezes tenho ouvido Ministros, coisa que, diga-se de passagem, não tem ocorrido com os homens da Oposição, que não podem se fazer ouvir, e aí vai um pedido a V. Ex^a — gostaríamos de saber se seria conveniente ao Governo criar essa empresa e proceder a grandes investimentos. Quanto se está gastando, atualmente, para instalar a Rádio Nacional de Brasília, que, segundo se anuncia, tem transmissores de 300 kw? Quantos transmissores são? Quantos estão sendo adquiridos? Qual a razão de ampliar, nesse setor, os investimentos, quando a rede, por ser de serviços concedidos, pode atender perfeitamente às necessidades do Governo, e acrescentaria, até às da Oposição!

Anunciou V. Ex^a, também, a criação da Empresa dos Telégrafos, que passaria a ficar em outro setor. O setor postal ficaria, então, numa outra parte. Antes de analisarmos propriamente este setor, gostaria de perguntar a V. Ex^a sobre os critérios e o rigor que V. Ex^a vai usar, ou que está disposto a usar, relativamente à regularização de concessões de emissoras. Confessamos que há uma inquietação, resultante do fechamento de algumas emissoras que, parece, poderiam regularizar a sua situação e continuar a prestar serviços públicos relevantes.

Com relação aos serviços postais e telegráficos, o Governo tem estabelecido planos de contenção da inflação, dentro de determinados limites, e os serviços públicos não deveriam, portanto, exigir tarifas maiores do que aquelas que são reajustadas com frequência. V. Ex^a poderia informar se prevê reajustamento de tarifas telefônicas, telegráficas e postais e em quanto montariam essas tarifas? Ficaram dentro dos limites que o Governo normalmente estabeleceu, inclusive para as empresas privadas, para reajustamento de preços, ou se elas, como tem ocorrido anteriormente, excederiam a essas porcentagens?

Tenho, ainda, uma preocupação a revelar a V. Ex^a. A criação da Empresa dos Correios e Telégrafos não deixou em situação muito agradável o pessoal, apesar de reconhecermos o esforço que se faz para dar especialização, melhores condições de trabalho e, portanto, maior rendimento. Mas há um desajustamento, quanto àquilo que ganhariam os servidores dessas empresas, se fossem funcionários pú-

blicos, enquadrados no quadro, com as reestruturações havidas e aquilo que estão percebendo, continuando a prestar serviços à Empresa de Correios e Telégrafos. Quanto a esse setor de pessoal, também estimaríamos que V. Ex^a pudesse, depois, mandar esclarecimentos à Câmara sobre os reajustamentos que se devessem fazer.

Devo, ainda, dizer a V. Ex^a que teríamos muitas outras questões a ver esclarecidas e muitas interpelações a serem feitas. Mas costumamos ser muito obedientes às regras que nos são impostas, e não quero excedê-las, para permitir mais tempo a V. Ex^a e para permitir que os meus colegas também possam fazer interpelações. Estaremos satisfeitos, se V. Ex^a, não respondendo de imediato, posteriormente mandar os esclarecimentos de que estamos necessitando, porque este é um dos setores importantíssimos da administração e que diz respeito aos interesses de todas as comunidades, pois a comunicação é indispensável. Espero não ser esta a última vez que V. Ex^a venha a esta Casa. Desejo que V. Ex^a venha novamente à Câmara, em outras oportunidades, e ao Senado, para podermos debater. Depois vamos fazer dentro de nossas próprias Casas, reivindicações no sentido de que não se estabeleça um regimento tão rigoroso e um tempo tão restrito, que impeça, realmente, um debate que sei que seria do desejo de V. Ex^a e do desejo de todos. Muito obrigado.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado: Cada um dos aspectos de que V. Ex^a tratou, mereceria, dada sua importância, um debate ou uma explicação que tomaria todo o tempo que temos para esta exposição. Vou procurar, o mais objetivamente possível e da forma mais resumida, dar uma primeira resposta às suas indagações. Se dentro delas eu saltar alguma, porque posso não ter anotado todas, pediria que V. Ex^a me recordasse.

Quanto ao problema da radiodifusão, o Plano foi preparado. Quando se verificou seus detalhes, para ser posto em execução, notou-se que ele apresentava algumas dificuldades — dificuldades sérias — que iriam provocar problemas muito grandes para as emissoras. O que se pretendia, com esse Plano, era uma redistribuição mais racional das frequências existentes, de modo que se pudesse atender a um pedido constante da maioria das emissoras, qual seja, o aumento de potência que está restrito à localização das emissoras e respectivas frequências.

Quando esse Plano foi elaborado, visava uma redistribuição mais racional. Com essa redistribuição poderíamos ter as emissoras com potência maiores mais bem distribuídas pelo Território Nacional. No entanto, isso iria fazer com que quase todas as emissoras tivessem de mudar de frequência e de potência. Tratando-se de um número que chega quase a um milhão, isso poderia provocar um verdadeiro caos no sistema de radiodifusão, o que prejudicaria fortemente as emissoras. Então do Plano de Radiodifusão foram retiradas todas as partes normativas de fixação de critérios para cálculos. Apenas como exemplo, quero dizer que até há poucos anos, usávamos para estudos de potências, por exemplo, de área de atuação das emissoras no território nacional, dados levantados em outros países, não no Brasil. Esse é um dado técnico. A condutividade do solo é de extrema importância e não tínhamos esse estudo, que foi feito depois no Brasil. Como consequência, do Plano de Radiodifusão foram fixadas novas normas, que estão mais de acordo com a realidade brasileira. Assim o Plano de Radiodifusão, que seria um plano de larga escala — posso dizer a V. Ex^a que o estudo, quando foi concluído, constava, se não me engano, de 8 ou 9 volumes cada um, com 400 folhas — era um estudo bastante criterioso e alentado. Esse Plano em tudo aquilo que pode ser executado sem perturbar a situação das emissoras existentes foi posto em vigor sob a forma de normas e de diretrizes. Nelas não está mencionado o termo "Plano Nacional de Radiodifusão". A redistribuição de canais deve ser reestudada para que não se perturbe o sistema existente no País. Com relação à RADIOBRÁS e, ao mesmo tempo, à Rádio Nacional, ocorre que temos áreas escassamente atendidas, principalmente as mais próximas das nossas fronteiras, diria mesmo que muitas delas não

chegam a ser atendidas. E isso é perfeitamente compreensível porque a maioria das emissoras da radiodifusão se localiza nos grandes centros geradores de receita, porquanto são empresas de natureza comercial. E a intenção do Governo Federal, quanto à criação da RADIOBRÁS, é fazer com que aquelas áreas ainda não atendidas, possam vir a sê-lo. A Amazônia é um exemplo de onde muito poucas emissoras existem. O nosso cabloco, não só da fronteira, mas do interior da maioria dos Estados, como Mato Grosso e muitas áreas dos Estados do Leste, ouve com mais facilidade emissoras estrangeiras do que nacionais. Ora, a implantação de um sistema de radiodifusão, como o que está sendo feito pela Rádio Nacional, de custo extremamente elevado, cuja finalidade é muito mais social do que comercial, atenderá aos reclamos daqueles que não têm atendimento de radiodifusão e que, por isso, são forçados, não por fator coercitivo mas pela inexistência de um sinal de boa qualidade, a ouvirem as transmissões que vêm de fora. Por conseguinte, essas transmissões têm tendência, mesmo que não incluam nenhuma propaganda ou informação, de enfraquecimento dos laços da nacionalidade. Essa é a razão pela qual a Rádio Nacional foi expandida com transmissores de alta potência, que permitem cobrir o território nacional com muito maior eficiência. A potência que hoje possui a Rádio Nacional em Brasília não permite que, por exemplo, durante o dia o seu sinal chegue até o Rio de Janeiro. Para que fôssemos além, teríamos necessidade de potência muito maior, ou então precisaríamos colocar emissoras mais próximas das áreas não atendidas. Essa segunda parte será um dos propósitos da RADIOBRÁS, quando não houver cobertura de outro tipo.

A criação da Empresa de Telégrafos é decorrência de exigência legal. A Lei nº 4.117, de 1962, determinou que todos os serviços de telecomunicações, então executadas pelo Departamento de Correios e Telégrafos, fossem transferidos para uma nova empresa, que seria constituída pelo Governo para execução de serviços de telecomunicações, a EMBRATEL. Estudos posteriores levaram à conclusão de que não seria adequado manter numa mesma entidade os serviços de telégrafos, pois que têm características bastante diferentes dos executados pela EMBRATEL. Nessas condições, partiu-se para a criação de uma terceira empresa, a Empresa de Telégrafos, que, pela sua atuação no território nacional, ficaria mais propriamente ligada à TELEBRÁS do que à própria EMBRATEL. Quanto à criação dessa empresa, está sendo verificado, no momento, se as leis existentes permitem a sua criação ou se há necessidade da elaboração de nova lei. Nesse segundo caso, um anteprojeto de lei será enviado ao Congresso para seu exame e aprovação — caso a ser considerado.

Quanto ao pessoal dos Correios, o Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado em empresa pública para maior flexibilidade de sua operação e, ao mesmo tempo, para permitir maior ação no que se refere à parte de pessoal, mais simples e mais efetiva, premiando-se e dando-se oportunidade àqueles que desejem e tenham capacidade de subir mais rapidamente. No momento, está sendo examinado o caso do pessoal da ECT, da mesma forma que de outras empresas públicas do Governo Federal, ainda regido pela Lei nº 1.711, quanto à opção que lhe é dada. Creio — isso é apenas uma idéia pessoal — que a criação do novo Ministério da Previdência Social virá facilitar essa opção, dando toda segurança ao funcionário regido pela Lei nº 1.711, não só dos Correios, como das demais empresas do Governo. Em princípio foram essas as perguntas que tinha anotado.

Quanto à questão da renovação das concessões, efetivamente, Sr. Deputado, V. Exª pode ter certeza de que o Ministério, antes de tomar qualquer medida extrema, está fazendo contato com as empresas que porventura venham a ser ou estejam ameaçadas de não ter a sua concessão ou permissão renovada. Estamos entrando em contato com seus dirigentes, a fim de que as irregularidades existentes sejam sanadas. Essas irregularidades estão acima do próprio Ministério, porquanto uma lei existe para ser cumprida. O que existe fixado e determinado por lei será feito. Ainda há poucos dias, não mencionarei

nomes, constatamos duas emissoras que tinham problemas mais ou menos sérios. Chamamos seus dirigentes, expusemo-lhes a situação e eles imediatamente disseram: "Vamos corrigir essa situação". Assim, não houve problema quanto à sua renovação.

O SR. DEPUTADO LAERTE VIEIRA — E quanto às que foram fechadas?

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — As emissoras já fechadas podem ser distribuídas das seguintes formas: emissoras que tiveram a sua concessão cassada, emissoras sujeitas à perempção e, dentro das sujeitas à perempção, ainda existem dois tipos: aquelas que não se enquadravam nos dispositivos legais sobre o seu funcionamento e aquelas que não se enquadravam nos dispositivos legais por não terem nem entrado em funcionamento. A todas as emissoras que tiveram o seu funcionamento suspenso, quer por cassação, quer por perempção, foi dado e lhes é assegurado todo o direito que a lei lhes faculta. Em todos os casos está sendo assegurado este direito.

O SR. DEPUTADO LAERTE VIEIRA — Agradeço-lhe os esclarecimentos e estimaria receber, depois, os dados sobre os custos da nova Rádio Nacional de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Vasco Neto.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Sr. Ministro, meus cumprimentos pela palestra. Engenheiro que sou, serei objetivo e rápido para aproveitar os três minutos. Receba minha saudação pelo brilhantismo da sua conferência.

De que recursos disporá a RADIOBRÁS? Esta é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: se constituída a empresa, será holding?

Agora uma observação: o Deputado Laerte Vieira fez referência — e V. Exª responde de certo modo — à criação de emissoras para atingir o âmago do Brasil — como uma necessidade que tem o Governo de funcionar como elemento catalizador, de despertar a consciência nacional e afirmar o que era milagre no Brasil. Somos um povo unilingüe por milagre. Ao Ministério de V. Exª cabe, na técnica, a continuação do milagre. Desculpe, mas sou cristão e místico.

Outra pergunta: sei muito bem do alto custo do satélite doméstico, mas o que há sobre ele, sucintamente apenas? E esta pergunta está ligada ao fator potencial que os nossos precaríssimos estudos de viabilidade econômica não consideram. V. Exª disse que havia, para Porto Alegre, 6 canais, e hoje parece que são 900. Isso se deu na previsão segundo a qual estávamos com planos exagerados para o ano 2.000. Por que não se considera, nos estudos de viabilidade econômica, o grande potencial brasileiro ainda não dinamizado, não catalizado?

Eu já disse, certa feita, que todos os estudos de viabilidade no Brasil estão errados, mormente no setor de comunicações, porque nem a tecnologia de 20 anos, exigida nos estudos de viabilidade, pode ser prevista. Serão as transmissões feitas pelos raios LASER, amanhã?

Pergunto ainda: não acha que deveríamos corrigir os estudos de viabilidade econômica que não se ajustam à ecologia brasileira? V. Exª disse que até para o nosso solo tínhamos de tomar dados de países estrangeiros. Somos um povo tropical e temos de adquirir know-how para a nossa própria tecnologia.

Finalmente, quero dizer que os Correios e Telégrafos estão elevando o homem. O Coronel Haroldo Correia de Mattos, que aqui está, já deu um passo muito grande nesse sentido. Os Correios e Telégrafos pelo menos estão limpos. Há necessidade de reciclagem para elevação do homem em todos os setores, notadamente no setor dos Correios e Telégrafos.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Vasco Neto, relativamente à RADIOBRÁS, em primeiro

lugar ela efetivamente terá a característica de uma **holding**, e os detalhes quanto à obtenção de possíveis recursos estão submetidos a estudos que constarão da mensagem que encaminhará o anteprojeto de lei. No momento não tenho condições de responder a esta pergunta.

Sobre a viabilidade econômica do satélite doméstico, há o seguinte: os estudos de viabilidade econômica são baseados em dados estatísticos e, de maneira geral, até agora os dados estatísticos que tínhamos mostravam que as telecomunicações eram praticamente zero. Digo praticamente zero porque o que existia em face da necessidade era tão pouco que não se podia partir do existente para se fazer projeções. Nessas condições, V. Ex.^a como engenheiro sabe que qualquer coisa sobre zero dá infinito. Temos de encontrar um meio termo qualquer e esse meio termo, na realidade, é restrito a dois fatores primordiais: a disponibilidade de recursos financeiros e de recursos humanos. Assim sendo, temos de restringir os nossos planos às nossas disponibilidades. Estamos fazendo os nossos planos com projeções a longo prazo — 1990 — na certeza de que os que estão sendo hoje elaborados serão inteiramente refundidos dentro de prazo curto e depois novamente refundidos. Mas se não procurarmos ter uma visão do que será o futuro não teremos condições de estabelecer uma malha — vamos assim dizer — mais adequada àquela situação que venha a ocorrer. Poderemos ver-nos a braços com situações que nos obriguem a grandes alterações em certas áreas, se não nos preocuparmos com o que será esta área no futuro. Se hoje fizermos os nossos planos apenas considerando que existem, digamos, a Amazônia e São Paulo, daríamos toda a ênfase a São Paulo e muito pouco à Amazônia. Mas daqui a alguns anos tenho certeza de que, se a Amazônia não estiver igual a São Paulo, a diferença será muito menor. Então temos de ter uma visão do futuro.

Não me fiz, talvez, muito claro quanto à questão da condutividade do solo. Agora já temos estudos. Esses estudos levantaram efetivamente os valores de condutividade do solo. Temos um mapa com indicações da condutividade do solo no território nacional.

O satélite é assunto de alta controvérsia, tanto junto ao povo brasileiro, como, tenho certeza, junto ao Congresso Nacional e ao Ministério das Comunicações. Relativamente a este problema, existem dois aspectos completamente diversos e, muitas vezes, contraditórios: um deles é o aspecto político, no sentido de integração nacional e de atendimento às áreas mais remotas. O outro é social, pois permitirá que as comunidades hoje existentes possam ter um tipo de serviço que, pelos meios normais, não nos é possível dar. Há alguns anos — e ouvi vários políticos, congressistas, em ocasiões diferentes, mencionarem a evolução que se processava na mentalidade do homem do interior quando um político fazia sua campanha — não estou querendo ensinar o Pai Nosso ao vigário, apenas estou mencionando o que me foi dito — era assediado pela necessidade de uma escola ou de uma estrada. Com a evolução, passou a ser assediado pelos que desejam estradas pavimentadas ou telefones. Hoje, na maioria dos casos, isso atinge o Ministério também. Mesmo as comunidades mais remotas querem ter televisão. Todos desejam estar a par dos acontecimentos, ter conhecimento quase imediato do que ocorre no restante do País e do mundo.

Em artigo recente que li sobre a França, o articulista, que era um planejador do sistema de telecomunicações, dizia que a França realizava um estudo baseado em todas as suas estatísticas sobre a demanda de serviços telefônicos, e os instalava prevendo a necessidade na época em que entrassem em serviço. E, invariavelmente, se verificava que naquela ocasião a demanda era o dobro daquilo que havia sido anteriormente estimado. E a justificativa apresentada pelo articulista para tal ocorrência, era que o povo francês, a família francesa há 20, 30 ou 40 anos vivia quase em isolamento. Hoje, entretanto, a juventude, os novos casais que se estão constituindo, todos sentem necessidade de comunicar-se, de ter contato mais constante com os amigos, com outras pessoas, com outras comunidades. Então, o satélite doméstico — vamos dizer — não pode ser visto apenas sob o ponto de vista da viabilidade econômica. Tenho certeza de que se implan-

tarmos um sistema terrestre sobre a superfície da Terra, ele irá atender muito mais, economicamente, às necessidades das comunidades. Mas há uma pergunta: quando? Poderemos esperar até lá? Esses aspectos estão sendo examinados agora. Possivelmente, não teremos resposta para a pergunta, mas, pelo menos, procuraremos antever tal situação. Não sei se respondi a todas as suas perguntas, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO VASCO NETO — V. Ex.^a o fez com muito brilhantismo, e eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado João Guido.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUIDO — Sr. Ministro, uma parte de minha pergunta foi respondida por V. Ex.^a, quando lhe dirigiram perguntas o Líder Laerte Vieira e o Deputado Vasco Neto. Mas vou formulá-la para que V. Ex.^a tenha oportunidade de dar resposta à segunda parte das minhas indagações.

Nos últimos dias do Governo do Presidente Médici, foi inaugurada a estação de alta potência da TV Rádio Nacional de Brasília, que passou a operar com transmissores de 300 kw em ondas médias — parece-me que com dois — e de 250 kw em ondas curtas para dar nova dimensão às transmissões feitas por aquela emissora, há mais de dois anos, para o exterior.

Pergunto a V. Ex.^a o seguinte: qual será o papel da TV Rádio Nacional de Brasília no contexto da RADIOBRÁS, e qual será sua fonte básica de recursos?

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado João Guido, em princípio, eu já havia abordado este assunto e poderia dizer que, relativamente à posição da TV Rádio Nacional de Brasília no contexto da RADIOBRÁS, ela só poderá ser efetivamente estabelecida além daquela de que seria uma das subsidiárias, uma das componentes do grupo, após completarmos o estudo, que será submetido não só ao Sr. Presidente da República, como também ao Congresso Nacional. Essa configuração é que será perfeitamente delineada.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUIDO — Qual será sua fonte básica de recursos?

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Este é um dos assuntos que estão sendo estudados com mais cuidado, para se saber como serão obtidos os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Léo Simões.

O SR. DEPUTADO LÉO SIMÕES — Sr. Ministro, antes de formular a pergunta que me traz à tribuna, respeitosamente lembro a V. Ex.^a que a uma das perguntas feitas pelo Líder Laerte Vieira, tenho a impressão de que V. Ex.^a se esqueceu de dar resposta. Referia-se ela ao problema das tarifas em cogitação para os Correios e Telégrafos.

O assunto que me traz à tribuna, Sr. Ministro, teve larga repercussão nos últimos meses. Trata-se das declarações de perempção das concessões por parte do Ministério das Comunicações. Paralelamente a muitas dessas perempções, tivemos casos de algumas cassações de concessões, por motivo de ordem técnico-econômico-financeiras, e outras que não as de segurança nacional. Há casos de cidades que possuíam apenas uma rádioemissora e que, por força da cassação, ficaram sem nenhuma.

É certo que para as cidades de grande porte, onde existem mais de duas rádioemissoras, medida de tal ordem não afeta, de forma tão drástica, a vida da população.

Dentro desse quadro, gostaria de fazer-lhe uma pergunta e apresentar-lhe uma sugestão. Serão abertos novos editais para suprir os casos de perempção declarada? Não seria prudente sustar-se qualquer nova perempção, prorrogando-se o prazo para que as emissoras se adaptem às novas condições da política de radiodifusão? No caso de cidades que ficaram sem rádioemissoras,

não julga V. Ex^a que se deveria abrir novo edital em prazo curto, talvez de 60 dias?

Acredita V. Ex^a que poderia ser adotado um critério de prazos definidos e mais curtos para abertura de editais de novas outorgas, relacionando-os com a densidade demográfica e o número de emissoras existentes na área demográfica respectiva?

Pediria permissão a V. Ex^a para passar-lhe às mãos as perguntas, pois assim V. Ex^a poderá acompanhar-me melhor.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Obrigado. Realmente, eu me havia esquecido de responder sobre o aspecto das tarifas. No caso das tarifas postais e telegráficas, há efetivamente o propósito de aumentá-las. Quanto à parte postal, está sendo feito um estudo para que a tarifa seja estabelecida de acordo com o valor do custo do serviço prestado. Na realidade, a própria Constituição prevê que os serviços públicos tenham suas tarifas fixadas de acordo com o custo dos serviços. No tocante à tarifa postal, eu poderia esclarecer que aquela hoje vigente, comparada com a que vigorava no ano de 1940, representa quase 50% daquela de então. Isso não quer dizer que pretendamos dobrar as tarifas postais. No entanto, se mantivermos as tarifas congeladas num valor certo, e se quisermos, ao mesmo tempo, melhorar e prestar serviços à altura das necessidades do País, teremos de obter recursos de outras fontes. Os recursos tarifários são provenientes daqueles que efetivamente se utilizam do serviço. Não advindo das tarifas, eles seriam recursos orçamentários, que saem do bolso do povo, de todos os contribuintes, mesmo daqueles que não se utilizam dos serviços postais com a mesma intensidade, como, por exemplo, as grandes empresas. Assim, uma tarifa, de acordo com o custo do serviço, em minha opinião é aquela que é a mais justa para o contribuinte e para o usuário do serviço. Quanto à tarifa telegráfica, eu apenas diria que desde o ano de 1969 a tarifa dos telegramas comuns não é alterada. E relativamente, tomando-se por base o mesmo ano — baseamo-nos em 1940 em virtude da facilidade existente pela fixação do salário-mínimo — em relação a 1940 a tarifa telegráfica, hoje, representa quase um terço daquela. Estamos fazendo um estudo e pretendemos apresentar, dentro de poucos dias, um trabalho às autoridades financeiras do País. Mas não considere V. Ex^a, pelas minhas palavras, que se pretenda, de forma única, fazer essas correções. Não. Por outro lado, temos que dar à Empresa dos Correios e Telégrafos, condições reais para operar, condições que permitam serviços à altura das necessidades da população na parte dos telegramas, em que reside talvez o maior problema. Temos que considerar a situação social. Então, uma das possibilidades de melhoria de serviço seria fazer uma certa distinção entre tipos de telegramas.

Relativamente aos casos de perempção e cassação, nas áreas onde não existem outras emissoras serão abertos editais. Isto é definitivo. Além disso, procuraremos evitar ao máximo situações dessa natureza, em que determinada municipalidade, uma cidade ou um distrito fique sem serviço de rádio. Devo dizer que — não vou mencionar caso específico — há pouco tempo, declaramos a perempção de uma emissora, porque seu proprietário e dirigente não tinha condições morais, havia sido condenado muito recentemente por crime comum, inclusive contra a moral praticado dentro da própria emissora. Uma pessoa nessas condições não pode ter nas mãos um instrumento da potencialidade da radiodifusão. Então, temos que separar todos os casos. Vamos atender às comunidades, mas todos os senhores — tenho certeza — não desejam que dentro dos seus lares, para seus filhos e netos, entre determinada informação, um tipo de programação que não educa a juventude, que seja contrária aos princípios que devem nortear a família e a comunidade. Sobre todas essas questões — perempções e cassações — creio ter respondido também, englobadamente. Onde não houver outro atendimento, serão abertos editais, tão pronto quanto possível. E, quando o proprietário da emissora não tiver condições efetivas de executar serviços — a muitas faltam condições morais, a outros, financeiras ou

legais — procuraremos evitar seja suspenso o atendimento à comunidade. Mas nem sempre há compreensão por parte das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Elias Carmo.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO — Sr. Ministro, Srs. Presidentes das Comissões de Comunicações do Senado e da Câmara, eminentes líderes, Srs. Senadores, Srs. Deputados. Inicialmente, desejo felicitar os Presidentes das Comissões de Comunicações do Senado e da Câmara por nos terem propiciado esta magnífica oportunidade de, em ouvindo o Sr. Ministro, tomarmos conhecimento completo do problema das comunicações no Brasil. Aproveito o ensejo, Sr. Ministro, para felicitá-lo, e ao seu Ministério, na pessoa de todos os seus componentes, pelo melhor trabalho que se está processando no serviço postal. Verificamos que realmente já podemos confiar naquela correspondência que os menos favorecidos pela fortuna enviam para seus parentes e amigos, enfim, para o Brasil inteiro. Minha felicitação se estende também ao serviço telegráfico, pois hoje, em Brasília, recebemos telegramas postados em Minas Gerais, meu Estado de origem, em poucas horas e tenho notado alguns companheiros do Brasil inteiro dizer que estão recebendo telegramas com 4, 5, 6 horas. Isto, portanto, é motivo de alegria e satisfação para nós.

Sr. Ministro, não querendo tomar o tempo dos companheiros, desejo formular a V. Ex^a uma pergunta que é, ao mesmo tempo, um apelo e uma sugestão. Verifico que o Ministério de V. Ex^a recebe os requerimentos, os processos de transferência, de encaminhamento de problemas de radiotransmissoras, e o que notamos, via de regra, Sr. Ministro, é que há processos, requerimentos, pedidos e solicitações que estão paralisados há dois, três, quatro anos. Dos processos, de acordo com a ordem interna do Ministério, não é dado vista às partes. Muitos interessados já transferiram suas cotas nas sociedades; emissoras foram transferidas para outros proprietários; alguns proprietários de cotas até já morreram, e o que se verifica é que muitas vezes uma emissora está com um nome ou uma direção que não mais existe, enquanto o processo, naturalmente, por algum excesso de trabalho, não tem um rápido andamento. Assim, formularia a V. Ex^a a pergunta que se encerra no seguinte: O Ministério estará estruturado em prazo razoavelmente breve para propiciar melhor ritmo de andamento aos processos e requerimentos, abreviando-os em termos de tempo? Segundo: V. Ex^a aceitará sugestão para estudar alteração de critérios quanto ao problema de vista aos processos? São as perguntas que formulo a V. Ex^a, com os meus agradecimentos.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Elias Carmo, há uma razão para essa demora nos processos; como no início de minha exposição mencionei, não é uma justificativa, mas é uma razão. O Ministério foi criado em 1967, mas o órgão principal, que tratava dos problemas de radiodifusão ainda estava localizado na Guanabara. A sua transferência para Brasília não pôde ser feita imediatamente. Então, houve, de fato, certa dificuldade durante algum tempo no andamento dos processos e às vezes mesmo na sua localização. Quando a situação começou a se regularizar, o Ministério se viu a braços com o problema da renovação de cerca de mil emissoras, renovação essa que, como bem disse V. Ex^a, em muitos casos, já encontra situação diferente na emissora, com relação à diretoria ou ao proprietário. Quando se vai tratar da renovação de uma emissora, ela já é feita com novo nome, novos cotistas, novos acionistas. Então, o que está sendo feito é a busca e unificação de todos os processos, de todos os pedidos que durante anos e anos realmente não foram atendidos, em um único processo. Quando for dada solução a essa único processo, essa solução já tratará de todos os problemas anteriores, fixando uma posição de reinício da emissora, de como ela está agora.

Quanto ao problema de vista, e para algum esclarecimento adicional que poderia ser necessário, solicito ao Diretor-Geral do DENTEL que preste as informações.

O SR. HÉLIO LORO ORLANDI (Diretor-Geral do DENTEL) — Sr. Deputado, com relação ao problema de vista a que V. Ex^a fez referência, o Departamento Nacional de Telecomunicações nunca negou vista de processos. Atendemos a todas as partes que nos procuram. O que realmente não podemos permitir, por determinação superior, é que esses processos saiam, quer do Ministério, do DENTEL ou da própria Delegacia Regional. Entretanto, todas as informações são dadas e dispomos, no DENTEL, de elementos credenciados e capacitados a fornecer todas as informações que se fizerem necessárias. Creio, desta forma, ter respondido à pergunta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Alberto Costa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO COSTA — Sr. Presidente, Sr. Ministro, é com prazer que cumprimento V. Ex^a. Sr. Ministro, pela brilhante palestra que está proferindo nesta Casa. Tal fato não constitui surpresa para nós, porque temos acompanhado a atuação capaz de V. Ex^a nesse setor que tanto se desenvolveu no Brasil nos últimos anos.

Minha indagação é a seguinte: a política do Ministério das Comunicações parece definir-se em favor de maior ênfase para emissoras de frequência modulada, como se pode deprender da Portaria 333. Entretanto, V. Ex^a não ignora, o Brasil não dispõe de fabricantes de equipamentos para transmissões em frequência modulada. Dos receptores existentes no Brasil, incluindo os pequenos — receptores de uso pessoal, transistorizados — cujo número pode ser estimado em 80 milhões aproximadamente, apenas um mínimo seria dotado de recepções para frequência modulada. Por outro lado, o Brasil tem dimensões continentais, e o rádio tem sido fator básico de integração nacional em termos de comunicações. Assim, pergunto a V. Ex^a: qual a razão básica para a prioridade de emissoras em frequência modulada? Não seria mais adequada a ênfase para instalação de emissoras de onda curta e média de alta potência?

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Alberto Costa, muito obrigado pela sua menção. A política adotada pelo Ministério é efetivamente de incentivo e ampliação da radiodifusão em frequência modulada. E a razão básica da adoção dessa política é que nós temos necessidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Já existem países onde não mais se fazem transmissões de radiodifusão a não ser em frequência modulada. E as razões dessa medida são: 1) a frequência modulada confere melhor qualidade ao sinal; aqui que é transmitido é tão bem recebido que, quando a frequência modulada começa a entrar em serviço, o ouvinte, muito mais rapidamente, tem a tendência de passar a desejar apenas a frequência modulada. Ela é muito mais isenta de ruídos e a sua instalação para a emissora envolve um custo muito mais baixo, mesmo nas potências atualmente utilizadas em onda média. Além disso, a frequência modulada tem o mesmo alcance, talvez até um pouco maior do que as emissoras comuns de onda média existentes no País. Se partíssemos para uma solução de forçar ou de pretender um aumento de potência das emissoras, estaríamos promovendo um aumento de custo para a radiodifusão.

Por outro lado, estamos dentro de um dilema. Não se fabricam receptores de frequência modulada, porque não existem ou são muito poucas as emissoras em FM. Não se instalam emissoras em FM, porque não existem os equipamentos de frequência modulada. Lembraria a V. Ex^a que estivemos em situação muito semelhante no caso da televisão a cores. A televisão a cores não era implantada porque não existia fabricação dos receptores no Brasil. Por outro lado, não se fabricam receptores no Brasil, porque não existia transmissão a cores. Hoje a transmissão a cores está aqui presente, e o seu sucesso é indiscutível.

Houve ainda um outro fator: até o presente momento, as estatísticas estão indicando que o crescimento da demanda das televisões a cores está muito além da expectativa. E mais: além da

expectativa está o crescimento do mercado para as televisões preto e branco.

O que pretendemos fazer é que nas áreas onde não existe onda média em amplitude, ela seja implantada. Mas vamos dar um incentivo para a implantação das emissoras de frequência modulada, porque, dando esse incentivo, haverá um incentivo também para a fabricação de receptores de frequência modulada. E os preços desses receptores de frequência modulada não serão muito diferentes dos preços dos receptores atuais de onda média, o que não é, inclusive, o caso da televisão a cores, que, intrinsecamente, é muito mais cara, não só no Brasil como em todos os outros lugares.

Uma das emissoras que instalou o serviço de frequência modulada na Guanabara há poucos dias estava mencionando a grande surpresa que tiveram quanto à receptividade das suas emissões, e que, muito mais rapidamente do que eles imaginavam, surgiu o mercado da FM. E a audiência de FM era crescente porque quem começa a ter a frequência modulada ao seu alcance, dará, ao fim de certo tempo, preferência a ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Antonio Pontes.

O SR. DEPUTADO ANTONIO PONTES — Sr. Ministro, escusado seria dizer da satisfação de todos nós ante a presença de V. Ex^a nesta Casa, para, de forma franca, sincera e objetiva, comunicar-se com os Parlamentares que desejam obter informações do Ministério de V. Ex^a.

Os colegas que nos anteciparam já manifestaram as suas preocupações de ordem nacional. Nós nos permitiríamos focalizar uma preocupação mais de ordem local, que, creio, não será apenas do Amapá, do Território que represento, senão dos três Territórios representados nesta Casa pelos colegas Silvío Botelho e Jerônimo Santana.

No ano passado, tomamos conhecimento de que o Ministério das Comunicações havia autorizado uma companhia de Manaus a instalar estações de televisão, parece, nos três Territórios. Não sabemos até agora qual a solução deste problema. Por outro lado, tomamos conhecimento, já agora neste ano, de que o eminente Governador do Amapá, Comandante Artur de Azevedo Henning, juntamente com o Governador do Território de Roraima, estava realmente estudando o problema para encontrar a curto prazo uma solução. Enquanto não se instalasse a televisão comercial, instalar-se-ia um outro sistema que permitisse ao povo daquelas áreas acompanhar o que está acontecendo no resto do Brasil. Perguntaríamos a V. Ex^a quais os estudos nesse sentido e como se encontra o problema da televisão comercial no nosso Território.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Antônio Pontes, a situação da televisão comercial nos três Territórios, Rondônia, Roraima e Amapá, é a seguinte: em Rondônia já foi aberto um edital e dada a concessão à empresa vencedora da concorrência para instalação dessa emissora. O processamento normal da instalação de uma emissora de televisão é demorado. Ainda há poucos dias procurei verificar a situação. Está dentro do prazo. Peço ao Diretor-Geral do DENTEL que nos diga sobre a situação.

O SR. HÉLIO LORO ORLANDI (Diretor-Geral do DENTEL) — Em Roraima a situação é a seguinte: o processo já está em fase final de estudos no meu gabinete, pronto para despachar com V. Ex^a.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Rondônia já foi concedido. Em que situação está a instalação?

O SR. HÉLIO LORO ORLANDI (Diretor-Geral do DENTEL) — A instalação está dentro dos prazos normais e acreditamos que muito breve ela já poderá transmitir os sinais, depende da empresa que recebeu a concessão. Os prazos estão sendo cumpridos normalmente para instalação.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Em Rondônia já foi assinado o contrato de concessão. Ela teria condições talvez de colocar pelo menos uma geradora de emergência, com o que o Ministério concordaria. Agora, no caso de Roraima e Amapá, está praticamente concluído, para ser enviado ao Sr. Presidente, o resultado da concorrência. É tomada a decisão, as medidas que foram adotadas pelos Governadores de Roraima e do Amapá dão quase — digo quase porque aí depende de condições materiais de instalação de uma estação em tempo — a certeza de que, para a Copa do Mundo, embora sem recepção direta, vinte e quatro horas depois o video-tape poderá ser exibido. Não poderá haver recepção direta, porquanto essas áreas são atendidas por um sistema de tropodifusão, que não permite a transmissão de televisão.

Em Manaus e em Cuiabá, duas outras áreas onde já existem estações geradoras de televisão e que também são atendidas pelo sistema de tropodifusão, a EMBRATEL e a TELEBRÁS tomaram a iniciativa de instalar uma estação para recepção de sinais via satélite. De modo que nessas duas áreas, Cuiabá e Manaus, deverá ser possível a recepção direta dos jogos da Copa do Mundo. É só nessas duas localidades, porque, na ocasião em que foi tomada essa decisão, ainda não se tinha conhecimento ou não se tinha certeza de que nos Territórios também haveria a possibilidade de geração.

Eu pergunto ao Presidente da EMBRATEL se há certeza de que vamos ter as estações de Cuiabá e Manaus prontas.

O SR. HAROLDO CORRÊA DE MATTOS (Presidente da EMBRATEL) — Certamente.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Então Cuiabá e Manaus poderão receber diretamente as transmissões da Copa do Mundo, via satélite. Está sendo instalada uma estação receptora, via satélite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Florim Coutinho.

O SR. DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Sr. Ministro, é com muita satisfação que todos nós ouvimos V. Ex^a. Desta tribuna, pediram a V. Ex^a canais de televisão. Nada mais justo. Vou ser mais simples. No ano passado, da tribuna da Câmara, solicitei ao antecessor de V. Ex^a uma torre de televisão para Campo Grande, que é mesmo uma cidade da Guanabara, um município de grande projeção, mas o seu povo não assiste à televisão. Tem o aparelho, mas é humilhante assistir a um programa de televisão em Campo Grande.

V. Ex^a acabou de dizer que Deputados vão para o interior e que lá o povo pede até mesmo televisão. Estou de acordo com V. Ex^a. Também me fizeram inúmeras vezes este apelo, mas o antecessor de V. Ex^a não respondeu ao pedido que lhe dirigi da tribuna da Câmara, a fim de que atendesse aquele povo, que também paga os seus impostos, mas não assiste à televisão. Se, V. Ex^a tiver a oportunidade de ir a Campo Grande, poderá comprovar as minhas palavras. É uma vergonha.

Formulo um apelo a V. Ex^a no sentido de interessar-se por aquele povo, dando-lhe uma torre de televisão, como deram há pouco para Petrópolis. Tive ocasião de ir muitas vezes a Petrópolis, e verifiquei que a televisão, hoje, é um orgulho dos petrópolitanos. Isto não acontece em Campo Grande.

Deixo, pois, o meu apelo a V. Ex^a.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Deputado Florim Coutinho, sobre esse apelo de V. Ex^a, encontra-se o Ministério diante de uma posição difícil. Há poucos momentos, foi chamada a atenção sobre a necessidade de se preservar, dentro da radiodifusão brasileira, a não estatização. A medida deve ser adotada pela empresa privada, a quem cabe tomar as providências necessárias para que seja o seu sinal levado aos ouvintes. Inclusive, foi mencionado o que se poderia fazer com a TV Rádio Nacional, se não seria o caso até de não se aplicarem recursos lá.

Por outro lado, o Ministério concorda plenamente com V. Ex^a de que há necessidade de se levar a todas as áreas do território nacional aqui que o povo deseja e pelo qual anseia: o sinal de televisão.

O que me parece — neste ponto apresento apenas uma posição própria, particular, minha, do Ministro, e não do Ministério, não do Governo — é que, dentro dos Estados, deve caber ao Governo estadual o direito de levar o sinal de televisão a todos os extremos desse Estado, inclusive se for necessário, não contribuindo financeiramente para a emissora, que, desta maneira, obtém um maior auditório para as suas transmissões, mas, pelo contrário, talvez até obtendo dela um auxílio, para que o seu sinal atinja maior público e com melhor qualidade. Não é da responsabilidade do Governo Federal a execução do serviço. O serviço é executado mediante concessão. Caberá então o próprio concessionário, àquele que obteve a concessão para aquele serviço ou, então, dentro de uma área mais restrita, ou ao município, ou ao Estado — na minha opinião, ao Estado — fazer o provimento desse serviço.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Cêlio Marques Fernandes. (Pausa). Não está presente. Concedo a palavra ao Deputado Dias Menezes.

O SR. DEPUTADO DIAS MENEZES — Sr. Ministro, Srs. Presidentes Leandro Maciel e Monteiro de Barros, Srs. Deputados. Sr. Ministro, ao longo da linha de pensamento do Líder Laerte Vieira; sendo o primeiro interpelante hoje de V. Ex^a, entendo que, estando agora V. Ex^a, um homem justo e equânime, à frente do Ministério das Comunicações, o caminho natural em relação aos recentes punidos, às cassações declaradas e mesmo às perempções, seria a reabilitação dos punidos, alcançada a regularização.

Estou consciente, Sr. Ministro, sem querer ser desagradável aos órgãos do seu Ministério, que as irregularidades observadas na rede da radiodifusão decorreram principalmente, na maioria dos casos, das deficiências, se não mesmo de situações inexplicáveis existentes no DENTEL ou no Ministério, e que motivaram a paralisação — como aqui sustentou muito bem o nobre companheiro Elias Carmo — de processos que se arrastaram, por mais de 4 anos até esta parte, nos órgãos técnicos, sem que às emissoras fosse dada a mínima condição de alcançar a sonhada regularização. Então, seria justo, mesmo no caso das perempções, mais delicado, um tratamento equânime, uma vez que houve apenas um caso único — quem sabe? — moral, apontado por V. Ex^a, para o qual eu também aplaudiria a não reabilitação. Mas, nos demais casos, estou absolutamente certo de que seria um critério equânime, justo e natural. E felicito V. Ex^a, porque ainda há pouco V. Ex^a mesmo declarou que estaria examinando esses processos, e, ficou evidente, com o propósito de chegar a essa reabilitação. Então, apelo a V. Ex^a exatamente neste sentido, porque estou absolutamente crente — sem desejar ser desagradável a V. Ex^a nem aos seus subordinados — que muitas das punições decorreram também em razão de ordem política, susceptível, entretanto, também de reconsideração. Daí o apelo que formulo a V. Ex^a neste sentido. Passando a outra ordem de considerações, devo ainda manifestar a V. Ex^a que, embora a exposição magnífica que produziu tenha esclarecido, em grande parte, as razões, as falhas existentes no sistema de comunicações telefônicas, estamos passando por momentos difíceis nesse setor. É difícil, Sr. Ministro, ligações interurbanas, praticamente durante todo o dia, de Brasília para o Rio de Janeiro, de Brasília para São Paulo, de São Paulo para o Rio, de São Paulo e Rio para Brasília. Como quase se tornam impossíveis comunicações telefônicas no interior. Chego a casa à meia-noite todos os dias para pedir ligações telefônicas, que vêm ser completadas às 7, 7,30 e 8 horas da manhã, única faixa operável, nessas circunstâncias. E, mais ainda: cidades do meu Estado que não se comunicam, distanciadas às vezes por 10 ou 15 km. É o caso, por exemplo, de Araras, para uma comunicação com Cordeirópolis, Rio Claro, Leme, Pirassununga. Quanto às comunicações que são solicitadas da capital, invariavelmente chega-se a este resultado: os canais estão com defeito, as

comunicações estão com defeito. Já não sabemos, Sr. Ministro, quanto esperar. Naturalmente, entendo que tudo isso decorre da demanda enorme que há no Brasil, dessa fome nacional de comunicações. Louvo o esforço que se produziu no Ministério, até agora, para se chegar a uma perfeição. Mas o fato absoluto é que o DDD passou a ser um tormento maior ainda do que a telefonista — porque, pelo menos, poderíamos desabaçar com a telefonista e, com o DDD, não nos resta sequer o desabaço; é sistematicamente o sino ocupado, ocupado, ocupado o dia inteiro. Sei, Sr. Ministro, V. Ex.^a explicou, entendemos muitas dessas razões. Mas há ainda o problema seriíssimo dos que estão aguardando telefone há anos. Alguém até chegou a propor a mim a figura da apropriação indébita dos dinheiros públicos, dos usuários que estão contribuindo um ano, dois anos, três anos, pagaram e não recebem o telefone. E sabemos quanto tempo ainda terão que aguardar. Sei que V. Ex.^a, que nos recebeu tão amavelmente há poucos dias no seu Gabinete, está empenhadíssimo e nos declarou que agora é uma nova etapa. Estamos passando como disse V. Ex.^a — da improvisação para a implantação definitiva dos serviços precisos que a Nação reclama. Estou certo de que um homem do espírito superior de V. Ex.^a dirigindo o Ministério, haverá de se empenhar para que todos esses fatos venham a ser colocados em alta prioridade, a fim de que se solucione esse drama nacional das comunicações. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Dias Menezes, V. Ex.^a inicialmente tratou do problema das perempções e das cassações. O assunto havia sido abordado anteriormente, ao qual já havia feito menção. No entanto, faço questão de frisar aqui que, dentro do Ministério das Comunicações, a atuação de todos os seus setores se pauta e há de se pautar pelo cumprimento da lei. Sempre que a lei der a uma pessoa, a uma entidade, um certo direito, este direito lhe será assegurado. Se para ela obter esse direito se deve seguir um certo processamento, este processamento será seguido. Porquanto, qualquer exceção que abrimos, estaremos ferindo a lei. E devemos e temos de pautar nossa atuação pela lei. Quem tem direito, quem não teve a sua concessão renovada, quem teve a sua estação cassada, terá o direito sempre assegurado, o que é determinado na lei. Gostaria também de fazer uma menção sobre os problemas que existiram e que dificultaram o trabalho, na parte da renovação das concessões de radiodifusão. As cassações eventualmente ocorridas, e as perempções também ocorridas, não se deveriam, em nenhum caso, posso assegurar, a uma deficiência de trabalho feita pelo DENTEL. Este órgão passou por muitas dificuldades, e ainda está passando por dificuldades. O trabalho não está sendo feito na forma desejável, não está sendo executado de forma desejável assim como todo serviço de telecomunicações, como muito bem V. Ex.^a teve ocasião de expor. No entanto, quero frisar que o DENTEL não é uma exceção negativa dentro do Ministério. O DENTEL trabalha dentro do Ministério no mesmo ritmo, nas mesmas condições que todos os demais departamentos. V. Ex.^a não mencionou isto, mas já houve quem, em outra ocasião, mencionasse ter ocorrido casos de corrupção dentro do DENTEL. Sempre que isso ocorre, investigou-se e sempre que o fato foi verificado o infrator foi punido. Também lembro que tão culpado é o corrupto como o corruptor. Aquele que se vale da corrupção para manter um direito que lhe seria assegurado de outra maneira, não creio que deva merecer a confiança das autoridades e de todos nós aqui presentes. Quanto ao problema das comunicações telefônicas entre Rio, São Paulo e Brasília, solicitarei ao Presidente da TELEBRÁS que faça um breve relato sobre ele. Mas, antes disso, queria mencionar dois aspectos: um deles é que, durante muitos anos, o sistema telefônico, o sistema das telecomunicações brasileiras, ficou parado em virtude de fixação irreal das tarifas, o que gerou uma série de privilégios, porquanto privilegiados eram todos aqueles que possuíam um telefone, enquanto pagavam uma tarifa irrisória. Ao mesmo tempo, tínhamos longas filas de dezenas ou centenas de milhares de pretendentes a usuários que desejavam possuir um aparelho, que precisa-

vam ter um meio de comunicação e, no entanto, esperavam por ele anos e anos. Ouvimos com frequência reclamações sobre o valor das contas telefônicas. Podem os Srs. Congressistas ter a certeza de que eventualmente existem erros, mas o sistema de computador utilizado, que registra perfeitamente quem fala, com quem fala, o início da conversa e o término dela, torna muito pequena a possibilidade de falha. A falha existe tanto no homem como na máquina. Ocorreu em minha própria casa, quando reclamei que as contas telefônicas estavam muito altas. Conhecendo o problema e sabendo que o sistema de computador usado registra e identifica a chamada, procurava e acabava sempre encontrando quem havia utilizado o aparelho, o número de vezes que o fez e o tempo que gastou.

O que temos é uma demanda reprimida. Não gosto de dar ilusões. Volto a dizer — é a minha opinião pessoal, não a do Ministério — antes de 10 anos, mesmo mantendo-se o ritmo atual, não teremos condições de estabilizar a nossa situação no setor de telecomunicações. Esse é um prazo que considero real, mas que, se ocorrerem fatores extraordinários, poderá ser reduzido, embora não acredito que isso aconteça.

Pediria agora ao Presidente da TELEBRÁS que fizesse uma pequena exposição sobre o problema Rio-São Paulo-Brasília.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE ALENCASTRO E SILVA (Presidente da TELEBRÁS) — Exm.^o Sr. Deputado Dias Menezes, gostaria, antes de cumprir a determinação do Sr. Ministro, de esclarecer um dado, em complemento a uma informação que, no início de sua palestra, S. Ex.^a deu, quando afirmou que Porto Alegre se ligava ao Rio de Janeiro e a São Paulo através de seis circuitos, que, em 1967, foi assinado pela EMBRATEL o primeiro contrato de longa distância e que temos hoje 900 canais telefônicos ligando aquela cidade aos outros centros. Antes da criação da EMBRATEL, realizavam-se, entre Porto Alegre e São Paulo, 400 ligações por mês. Ao fim do primeiro ano da existência da EMBRATEL, esse número passou para 60 mil. Assim são todos os dados que podemos encontrar nas estatísticas de tráfego do Sistema Nacional de Telecomunicações. Mas o serviço público em geral, não só no campo das comunicações, tem uma característica muito especial: É que quanto mais se oferece, mais o povo usa. O povo brasileiro, que não tinha um sistema de comunicações eficiente, passou a usar de maneira surpreendente estes novos serviços postos à sua disposição. Um Sr. Deputado, que é engenheiro, abordou o problema da viabilidade econômica. Não há condições, dentro da economia, que nos conduza a números que possa tranquilizar. Em tudo o que temos feito neste sentido fomos surpreendidos pela realidade. No entanto, gostaria de esclarecer a V. Ex.^a que o Ministério, através da TELEBRÁS, está planejando, no campo das telecomunicações, a realização de empreendimentos que dentro do prazo dado pelo Sr. Ministro, resolverão o problema brasileiro nesse setor. Mas, antes desse prazo, temos uma meta a alcançar, meta estabelecida no II PND, que é a de elevar o número de aparelhos telefônicos de 2.400 mil para 8.900 mil, em 1979; o número de canais estaduais interurbanos de 9 mil para 115 mil, e o número de canais da EMBRATEL de 15 mil para 90 mil. O investimento nos sistemas estaduais, nesse período de 6 anos, será de 51 milhões de cruzeiros.

Talvez me esteja alongando demais, mas gostaria ainda de prestar uma informação. Considero que a decisão do Ministério das Comunicações, ao criar a TELEBRÁS, foi a de cobrir esta grande lacuna, como V. Ex.^a bem frisou, existente nas comunicações estaduais. A EMBRATEL resolveu o problema da integração nacional, ligando as Capitais dos Estados com a Capital da República. Em Minas, onde há mais de 700 municípios, 300 deles não dispõem de comunicação alguma e a maior parte dos que as têm estão servidos por um sistema que não satisfaz às suas necessidades. A criação da TELEBRÁS, com diversas empresas-pólo naquele Estado, objetivou cobrir essa deficiência. Quanto ao problema da ligação Brasília-Rio-São Paulo, na última reunião que tivemos, sob a presidência do Sr. Ministro, com os Presidentes das companhias interessadas, como a

EMBRATEL, a CTB e a TELESP, houve uma determinação de S. Ex^a no sentido de que envidássemos o máximo de nossos esforços a fim de que, no mais curto prazo possível, afastássemos essas dificuldades. *Estamos trabalhando em cumprimento a essa determinação e, dentro de um prazo curto — não digo amanhã, nem em poucos meses, mas até o fim do ano — teremos uma melhoria substancial das comunicações em Brasília, com o aumento do número de canais e troncos e nas estações-trânsito. Esperamos, assim, cumprir fielmente a determinação do Sr. Ministro, que é a de melhorar o tráfego entre esses centros capitais da vida pública, social, política e econômica da Nação brasileira.*

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Completaria um dado oferecido. Trata-se de um dado global que servirá para mostrar a evolução do tráfego telefônico nacional. Em 1969, já com os primeiros circuitos da EMBRATEL em serviço, foram completadas 4 milhões de chamadas; no ano de 1970 este número passou para 6 milhões e oitocentos mil; em 1971 para 20 milhões e setecentos mil, no ano de 1972 para 44 milhões e oitocentos mil. Não disponho aqui dos números referentes a 1973 — não sei se algum dos meus auxiliares os tem de cor — mas os números que tenho em mãos, indicam um aumento, em 71 e 72, de 116% — número de chamadas completadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — A hora está avançada e ainda há seis horadores inscritos. Tomaria a liberdade de pedir que fossem mais breves nas suas indagações, para que todos tenham oportunidade.

Concedo a palavra ao Deputado José Camargo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CAMARGO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Ex^a por ter vindo a esta Casa, trazendo toda a sua equipe para este debate franco, sob os auspícios das Comissões de Comunicações da Câmara e do Senado.

Sr. Ministro, entendo que uma empresa de radiodifusão age como uma empresa qualquer. Ela tem o seu corpo diretivo, o seu corpo funcional, faz seus investimentos, toma empréstimos em bancos, enfim, atua dentro do contexto normal das empresas. A simples cassação ou perempção de licença dessas empresas traz vultosos prejuízos não só financeiros, como, principalmente, sociais.

Tivemos, recentemente, no meu Estado, São Paulo, inúmeras cassações ou perempções, trazendo, evidentemente, grandes prejuízos. Refiro-me a uma delas, em particular: a Rádio Nove de Juho, que adquirira dias antes da decretação da perempção de sua licença um vultoso empréstimo para a aquisição de equipamentos modernos, para melhoria do seu nível técnico. Como fica essa empresa, com relação aos compromissos assumidos? E como ficam os seus funcionários, que vivem exclusivamente do trabalho exercido naquela empresa?

Ao responder à pergunta ao nobre Deputado Dias Menezes, V. Ex^a disse que se atém única e exclusivamente ao espírito da lei. Mas a lei, em nosso entender, é feita para fazer justiça, não apenas para ser aplicada implacavelmente, em prejuízo de centenas de pessoas. De modo que a minha sugestão, Sr. Ministro, é para que fosse feita uma modificação imediata na lei. O Governo dispõe nesta Casa de maioria absoluta, de uma maioria bancada, que pode modificar uma lei em prazo de até quinze dias. Não podemos entender é que uma empresa e centenas de funcionários sofram por falha de apenas um dirigente, ou porque ele é indesejável ao Governo. Seria o caso de se substituir o dirigente, ou, então, usar um outro método, muito comum em nossos dias, a figura da intervenção federal. Finalmente, seria ainda mais justa a figura da desapropriação, porque assim se minoraria um pouco os prejuízos da empresa e, principalmente, de centenas de funcionários.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado José Camargo, infelizmente vou voltar à mesma tecla.

Estamos, nesse setor, trabalhando com a radiodifusão privada. Sendo iniciativa privada, é uma empresa. Como toda empresa, no regime capitalista, corre um risco. Lembraria a V. Ex^a — tenho certeza de que V. Ex^a tem conhecimento disso, mas apenas lembraria — que a lei brasileira é extremamente benigna para com a radiodifusão. Nos Estados Unidos, País que tomamos mais ou menos como modelo, para configuração dos nossos sistemas de radiodifusão, as empresas têm a sua concessão apenas por três anos. De três em três anos elas podem ter a concessão suspensa simplesmente pelo fato de se considerar que não satisfazendo ao interesse público, que é uma figura bastante genérica. De modo que, quando digo que me atenho à lei, é porque o empresário dispõe de todos os recursos que a lei lhe oferece. Se partíssemos, por outro lado, para a desapropriação das empresas, tenho certo receio de que, em um prazo não muito longo, acabaríamos com uma radiodifusão estatal, que definitivamente não é desejável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Jerônimo Santana.

O SR. DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Sr. Presidente, inicialmente desejo congratular-me com os nobres Presidentes das Comissões que promoveram este magnífico encontro com o Sr. Ministro das Comunicações.

Representante do Território de Rondônia, tenho algumas reivindicações a fazer ao Sr. Ministro. Primeiramente, aplaudimos, no ano passado, a inauguração do sistema de microondas que serve a Região Amazônica. Verificamos, porém, que, sempre que solicitada de Brasília uma ligação para Porto Velho, há uma demora nunca inferior a uma hora, para que ela se complete. Verificamos, que o circuito é feito por Belém, quando achamos, pela própria análise do nosso mapa, que, se se fizesse o circuito via Cuiabá, as distâncias seriam encurtadas. Quando a ligação é feita, as telefonistas estão sempre a nos informar que só se pode fazer uma ligação de cada vez, porque só há um canal. Estando uma pessoa falando de Belém a Porto Velho, ou de qualquer outra parte, pelo circuito de Belém, há de se esperar essa pessoa terminar de falar, para completar a ligação solicitada. Os investimentos para telecomunicações na Amazônia foram maciços, foram investimentos de vulto, e não compreendemos, Sr. Ministro, como apenas um possa falar de cada vez ou só exista nesse canal de Belém a possibilidade de uma só ligação. Advogamos que se deva ampliar o número de canais.

Por outro lado, com a inauguração do sistema de microondas para essa região, anunciou-se a possibilidade de instalação de telex nas agências do Correio de Porto Velho, por exemplo. E, estando já o sistema em funcionamento, não se instalou em Porto Velho nenhuma estação de telex, que seria necessária para operar nas comunicações com o Centro-Sul, que são difíceis.

Contrapondo o que disse o nobre Deputado Elias Carmo, que estaria recebendo telegramas com 3 ou 4 horas, eu estou recebendo telegramas de Rondônia com 9 dias de atraso. Tenho Alguns em meu gabinete, e posso exibi-los a V. Ex^a. Outros locais, como Vila de Rondônia, recentemente ficaram 12 dias sem um telegrafista. Estando em Rondônia, fui passar um telegrama para Brasília, em situação de emergência, e não havia telegrafista na localidade de Vila de Rondônia. O telegrafista abandonou o serviço e não houve substituição. Em Guajará-Mirim, na semana passada, constatei que a agência ficou 9 dias sem telegrafista. São situações que ocorrem naquela região. O Brasil é, realmente, um continente, enquanto aqui no Centro-Sul se elogiam os meios de comunicações, na Amazônia eles apresentam graves deficiências. Tenho testemunhas, não só de Rondônia, como do Acre, de que as comunicações telegráficas vêm funcionando muito precariamente. Faríamos um apelo a V. Ex^a nesse sentido, porque, conversando com funcionários do Correio de Porto Velho, na semana passada, pudemos constatar que está havendo embaraço nas comunicações do Rio ou de Brasília para Porto Velho, em Cuiabá. A estação de Cuiabá, que seria receptora e retransmissora,

estaria com problemas, em decorrência dos quais as ligações se atrasariam. Em situação normal um telegrama daqui para Porto Velho ou de Porto Velho para cá, ou de Rio Branco para o Centro Sul, levaria dois dias para chegar. Quer dizer, essa região, em matéria de telégrafo, ainda está um pouco deficitária. Por isso, advogo a instalação de um telex na agência de Porto Velho, para minorar um pouco as deficiências existentes. Faço também um apelo ao Sr. Ministro com relação à estação velha de Vilhena, que também falei ao antecessor de V. Ex^a, no ano passado. O Marechal Rondon, quando implantou a linha telegráfica de Cuiabá a Porto Velho, construiu várias estações telegráficas. Hoje, abandonada a linha telegráfica antiga — e lamentavelmente destruída, inclusive com o seu material consumido e até roubado em vários casos — ficou em Vilhena um prédio feito pelo Marechal Rondon, um verdadeiro monumento. Recentemente, constatei que esse prédio está abandonado e prestes a ruir de todo. Advogo, dentro do Ministério, que se recupere esse edifício, que o Marechal Rondon construiu com tanto desvelo e carinho, para servir de museu, visto ser um patrimônio da União que está a perecer. O mesmo acontece com a Estação José Bonifácio, à beira do rio Pimenta Bueno. Em toda essa região por onde passou a linha telegráfica do Marechal Rondon há alguma coisa a preservar, o que não vem sendo feito, lamentavelmente. Então, destaco a estação velha de Vilhena, que poderia ser conservada, pois está em meio à mata, abandonada, com suas portas abertas, cheia de morcegos, podendo ser incendiada a qualquer momento. Trata-se de um prédio construído, àquela época, em 1907, com muito mais sacrifício do que se fosse construído hoje, cujo material foi transportado para ali em lombo de burro, com o custo talvez de muitas vidas. Assim, não pode ele continuar abandonado como se encontra atualmente. Esses são os apelos que formulo a V. Ex^a em nome do povo do Território de Rondônia. Ainda no ano passado, formulei uma reivindicação à ECT no sentido de que esta aparelhasse melhoras nas agências do nosso interior, em especial de Guajará-Mirim, onde há falta de viaturas e material até hoje. Não foram atendidas essas reivindicações. Transmito ainda as reivindicações de estudantes da área de telecomunicações, que colocam o problema entre o elemento humano e o MEC. Permito-me, por estarem escritas, passá-las às mãos de V. Ex^a. Nessas reivindicações eles pedem entrosamento entre o MEC e o Ministério das Telecomunicações, com respeito ao elemento humano formado em telecomunicações.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Jerônimo Santana, inicialmente havia dito que não devíamos olhar para trás. Apenas lembro ao ilustre Deputado que, se agora V. Ex^a demora 1 hora para obter a sua chamada para Porto Velho, há algum tempo talvez V. Ex^a tivesse que ir a Porto Velho pessoalmente. Quanto ao sistema, ele, em si, efetivamente está subdimensionado, não há possibilidade de ampliação, porque o sistema de tropodifusão não permite ampliação. Aquela ligação entre Brasília e Cuiabá está ainda em execução. Só daqui a uns dois ou três anos poderá entrar em serviço, se não me engano em 1977. E se fôssemos fazer a ligação de Brasília para Porto Velho via São Paulo ou Rio de Janeiro, entraríamos numa rota mais congestionada, porque as dificuldades que existem para essas áreas também são grandes. No presente momento, essa rota de Brasília para Belém permite que se faça tal ligação. Posso dizer ao ilustre Deputado, e peço que o transmita a Rondônia, que em Manaus está sendo instalada, como mencionei anteriormente, uma estação para recepção, via satélite, dos sinais de televisão da Copa do Mundo. A estação de Manaus vai ser preparada porque é muito mais fácil recebermos as imagens de televisão do que fazer a telefonia. De modo que, a partir de março do próximo ano, provavelmente, todas as comunicações para fora daquela área, inclusive Manaus, serão feitas via satélite. Isso vai fazer com que circuitos utilizados entre Belém e Manaus, ou entre Manaus e Porto Velho atualmente, no sistema de tropodifusão sejam liberados. Então, poder-se-á fazer uma redistribuição, um remanejamento de toda aquela área, o que proverá um melhor aten-

dimento. Mas, antes de março do próximo ano, desculpe-me, Deputado Jerônimo Santana, não há condições. Quanto à questão de telegrafistas, temos lutado com grandes dificuldades. Primeiramente, há dificuldade em obter telegrafistas. Em segundo lugar, sendo esta profissão difícil, existem também muitos problemas para se fazer transferência de um especialista de áreas mais povoadas, ou que estejam mais próximas de grandes centros, para áreas de centros menores. Muitos preferem até pedir demissão a irem para essas áreas. Então, nessas áreas, temos problemas inclusive de recrutamento de pessoal. Isso é uma realidade. Quanto à estação telegráfica de Vilhena, gostaria que o Sr. Tanaka, Diretor da Empresa de Correios e Telégrafos, explicasse o problema dos telegramas, porque não estou a par.

O SR. ARMANDO TANAKA — Caro Deputado, quanto à parte telegráfica, não tenho condições de, no momento, responder às suas indagações. No tocante à instalação de agências, a atual administração tem consciência da precariedade de suas instalações, notadamente nessas agências. E uma das metas desta administração é dotar todas as unidades operacionais da ECT com instalações dignas para o bom atendimento do público. É o que posso informar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcir Pimenta.

O SR. DEPUTADO ALCIR PIMENTA — Sr. Ministro, na clara e sincera exposição de V. Ex^a notamos não só a segurança com que o fez, senão também a laudável franqueza de admitir falhas no sistema de comunicações brasileiro. Tal fato só pode credenciá-lo ainda mais perante esta Casa, que, de certo modo, já se habituou a ouvir aqueles que aqui comparecem quase sempre para nos convencer de que tudo está muito bem. Quero perguntar a V. Ex^a que cuidados ou que providências tomou o Governo com relação aos funcionários das emissoras cassadas. A outra pergunta seria com relação a um fato que já foi tratado desta tribuna, o que se refere à transmissão de televisão para a Zona Oeste do Estado da Guanabara. Há dias estive com o Sr. Gilson Amado, na TV Educativa, no Rio de Janeiro, e S. Sa. me falava da precariedade da recepção nessa região, onde se localiza exatamente o maior contingente populacional do Estado, que é o mais carente de programas e informações educativas. E o Sr. Gilson Amado, com muita tristeza, nos informava que pôde verificar, através dos seus assessores, que aquele era o ponto menos beneficiado, porque a região carecia daquela estação repetidora de que falou o nobre Deputado Florim Coutinho. Pergunto, então, a V. Ex^a se, em se tratando da TV Educativa, caberia ao Ministério das Comunicações tomar as providências para que fosse instalada essa repetidora.

Quero, ainda, informar a V. Ex^a, apenas como orientação, que a Rede Globo já fez, naquela área, o levantamento técnico, por solicitação minha. Verificou-se que, se instalada ali uma repetidora, poder-se-ia conseguir, naquela região, uma imagem tão perfeita quanto a melhor da área urbana do Estado.

Esta é a pergunta que deixo a V. Ex^a, por último, congratulando-me não somente com a sua presença, mas principalmente com a sinceridade, a franqueza e a lhaezça com que nos atendeu.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Muito obrigado, Deputado Alcir Pimenta.

Relativamente às empresas de radiodifusão que tiveram as suas concessões cassadas, lembro a V. Ex^a que, em se tratando de um regime de livre iniciativa, como o que estamos agora, há uma separação completa entre a empresa e a concessão. O que é cassado é a concessão que aquela empresa tem, e, como durante todo o tempo de sua operação, a empresa auferiu os lucros e os bônus dessa concessão, se, por um acaso, ela não tiver condição de mudar o seu campo de operação ou de procurar corrigir a situação para continuar ou voltar a operar no setor de radiodifusão, caberá a ela o ônus. Creio

que aquele que teve o bônus deve arcar com o ônus. Este é o nosso regime da livre iniciativa.

Quanto à questão da repetidora da Guanabara, posso acrescentar talvez um pouco mais: existe efetivamente um estudo — que não foi realizado pelo Ministério, foi feito fora — que conclui uma repetidora localizada na serra da Mendanha, em Campo Grande, tem possibilidade de atingir toda a zona chamada área rural do Estado da Guanabara. Não é do Ministério das Comunicações essa responsabilidade, inclusive a da Televisão Educativa, porquanto a Televisão Educativa não é do Ministério das Comunicações e sim do Ministério da Educação e Cultura. No caso da Televisão Educativa de um Estado, caberá a sua responsabilidade a este Estado. Talvez com a constituição da RADIOBRÁS poder-se-ia considerar dentro das suas atribuições qualquer coisa nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Maurício Toledo.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO TOLEDO — Sr. Ministro, de início quero cumprimentar V. Exª e toda a equipe do Ministério das Comunicações pela passagem do Dia Nacional das Comunicações, a 5 de maio último, e também pelo grandioso trabalho que esse Ministério vem realizando, não só sob o comando do Ministro passado, como do Ministro presente.

Sr. Ministro, tenho recebido vários apelos da minha cidade de Bauru, em São Paulo, e de outras comarcas do interior paulista — e acredito que isso venha ocorrendo em todo o Brasil — a respeito das tarifas que estão sendo cobradas pelos telefonemas urbanos quando excedem um determinado número. Isso tem encarecido muito esse meio de comunicação, e várias entidades de classe de Bauru já me encaminharam pedidos para ser solucionado tal problema. E sugeriram até que encaminhasse a V. Exª uma proposição no sentido de que, em determinados dias ou determinadas horas, como acontece com os interurbanos, não fossem cobradas as ligações urbanas que ultrapassem aquele limite estabelecido. Este é o primeiro apelo que faço a V. Exª.

O segundo, Sr. Ministro, é quanto ao custo total dos telefonemas interurbanos. A tarifa específica, em si, é razoável, mas os adicionais dobram a tarifa, o que vem justamente encarecer a chamada ligação interurbana. Não só constatamos isso pessoalmente, como várias vezes temos recebido reclamações nesse sentido. V. Exª poderia estudar uma forma de abolir esses adicionais, que vêm dobrar, como disse, o custo de uma chamada interurbana, encarecendo-a bastante. Não reclamamos da tarifa específica, mas daqueles acréscimos que vêm dobrando o custo das comunicações.

Sr. Ministro, V. Exª acabou, agora mesmo, de dar uma explicação sobre a cassação das radiodifusoras, mas quero especificar um caso. Em Bauru, uma emissora foi cassada, a Rádio Jornal de Bauru, de Dorival de Abreu. O Ministério já liberou a Rádio Marconi, de São Paulo. Essa rádio de Bauru é muito bem instalada, e apesar de ter tido a maior audiência na cidade, está com o seu trabalho suspenso. Solicito a V. Exª que examine com cuidado o caso, excluindo-o de uma medida geral.

E há outra cidade, próxima de Bauru, Birigui, do ex-Deputado Domingos Lott Neto, que também está numa situação difícil porque a rádio foi lacrada. Ele ficou com a grande responsabilidade trabalhista do pessoal, de sua manutenção, e está na iminência de requerer concordata ou falência, dadas as dificuldades que vem sofrendo. Teve os seus bônus, deve ter os seus ônus, como disse V. Exª, mas acredito que, com um entendimento, haverá possibilidade de recuperação e tudo será colocado em ordem, voltando a funcionar a nossa Rádio Jornal de Bauru, como a Rádio de Birigui e outras mais que estão na mesma situação.

Muito obrigado.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Sr. Deputado Maurício Toledo, o problema das chamadas excedentes pode ser resumido em um problema financeiro. Quando se faz o

cálculo da tarifa a ser aplicada, essa tarifa, de acordo ainda com os preceitos constitucionais e legais — desculpem-me se volto sempre à Constituição e à lei, mas são o nosso respaldo — é feita tendo-se em vista o custo do serviço mais uma remuneração do investimento feito. Essa remuneração, inclusive no setor dos serviços públicos, é restrito a um máximo de 12%, o que não ocorre nas outras atividades. Em consequência disso, pode-se até observar que tem havido desinteresse sucessivo na telefonia pública. O Governo — tanto o Governo Federal, como Estadual, como a municipalidade em muitos casos — teve de passar a assumir aqueles encargos, porque o empresário privado não se interessava por aquela remuneração, já que ele poderia ter uma muito melhor em outros setores. Quando é feito o cálculo da tarifa, ele é feito de modo a dar à concessionária que vai operar uma justa remuneração pelo seu investimento e a cobertura dos seus custos financeiros. Estamos procurando reduzir ao máximo os custos de operação. Tem-se obtido muita coisa. Apesar de tudo isso, no presente ano — no ano de 1974 — incluindo todo o sistema de telecomunicações — quer dizer, EMBRATEL e todas as empresas concessionárias — não chegamos a 11% de remuneração do investimento, além de, em muitos anos anteriores, ela ter ficado em número, muito baixo. Se não me engano, no ano passado ficou em mais ou menos 7%, e pode-se verificar que a melhoria obtida este ano não é resultado do aumento de tarifa, que foi apenas de 15%, o que é até abaixo dos índices de inflação. Essa melhoria do rendimento foi resultado de uma melhor eficiência das empresas. Então, o que aconteceria? Se deixássemos de cobrar as chamadas excedentes, teríamos que passar a cobrar o preço total.

Existem duas sistemáticas quanto à fixação de tarifas. Uma é seguida em muitos países, em geral na Europa, onde é cobrada uma tarifa básica baixa e, depois, sobre qualquer chamada; desde a primeira já é cobrada um preço mais alto. Nos Estados Unidos é cobrada uma tarifa única por qualquer que seja o número de chamadas. Esta tarifa é bastante elevada, muito mais elevada que a nossa. Resolvemos fixar um meio-termo, porque julgamos que 90 chamadas é mais ou menos o que costuma uma família normal fazer, e então cobramos esse valor excedente.

Se fôssemos mudar de sistemática, em última análise, para um usuário, ele continuaria a pagar a mesma coisa. Isso, traduzindo em termos um pouco mais simples. Então, estamos nesta sistemática, mas está sendo estudada uma alteração para fazer com que aqueles que usam mais, paguem mais e aqueles que usam menos, paguem menos.

A questão do adicional é constituído de duas partes: primeiro, o Fundo Nacional de Telecomunicações; segundo, a quota de previdência. A quota de previdência está fora do nosso alcance — ela vai para a previdência social.

Quanto ao Fundo Nacional de Telecomunicações, mencionei, inicialmente, que, atualmente, o preço de um terminal para uma pessoa ter um telefone na sua casa está custando ao sistema de comunicações mais ou menos 9 mil cruzeiros. No entanto, está se cobrando, em autofinanciamento, 4.500 cruzeiros mais ou menos. Esse restante está sendo coberto pelo Fundo Nacional de Telecomunicações, pelos reinvestimentos dos lucros, dos resultados das empresas e pelos reinvestimentos de todos os recursos provenientes de operações que se fazem. Além disso, fazem-se empréstimos para pagamento posterior. Do Tesouro Nacional, apenas no ano de 1972, começou o setor de telecomunicações a receber alguns recursos, de muito baixo valor. O Orçamento dá poucos recursos para Telecomunicações. Se nós retirarmos o Fundo, há necessidade de se prover recursos de outra natureza, porque não teremos condições nem de prosseguir no crescimento normal do sistema.

Finalmente, quanto à Rádio Bauru e à Rádio Centenário de Birigui, a que V. Exª se referiu, vamos ver o que se pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Prisco Viana.

O SR. DEPUTADO PRISCO VIANA — Senhor Ministro Euclides Quandt de Oliveira: a presença de V. Ex^a nesta Casa é a reafirmação da decisão do Senhor Presidente Ernesto Geisel de manter com o Congresso Nacional o diálogo freqüente, honesto, aberto e sem restrições. Disso, aliás, é exemplo bem significativo a presença durante os debates aqui travados de expressiva representação da nobre Oposição, a começar pelo seu ilustre líder, Deputado Laerte Vieira. Esse diálogo será contínuo e abrangerá a todos os setores do Governo. Proximamente teremos na Comissão de Economia o Ministro da Agricultura expondo aspectos da política da sua Pasta e o Ministro da Fazenda já manteve entendimentos com a Liderança da ARENA no sentido de estabelecer a data de sua vinda à Câmara.

Desejamos felicitar V. Ex^a pela maneira como se houve, na parte expositiva como nos debates. Foi V. Ex^a claro e objetivo no enunciação das atividades do Ministério, e foi honesto ao reconhecer que a obra não está acabada, que existem dificuldades a vencer. Menos pelo muito que já foi feito, do que pelo muito que está em realização ou projetado para ser realizado, ficou em todos nós a convicção de que ao nosso esforço pelo desenvolvimento não faltará o setor das comunicações, que é fundamental, não apenas para a difusão cultural, através da radiodifusão, como pelas telecomunicações, que, encurtando distâncias, facilitando e abreviando negócios, impulsiona e acelera o progresso.

Dos debates aqui travados fica evidenciado que, sem embargo de restrições setoriais ou críticas quanto a detalhes de execução, foi a política brasileira de comunicações, a política do Ministério das Comunicações, aqui plenamente aprovada. Críticas, como as que fez o Deputado Dias Menezes, a indicarem a grande progressão da demanda, longe de aflorar um aspecto negativo, revela um dado positivo, pois que, foi a evolução do setor que criou esse desejo de todos os brasileiros de terem o serviço de telecomunicações, e de o terem de boa qualidade. Atender a essa demanda é um desafio. E aqui ficou demonstrado que o Ministério das Comunicações está à altura de respondê-lo.

Em nome da Liderança da Maioria — da representação da ARENA nesta Casa — felicito V. Ex^a como também os seus companheiros de trabalho, diretores das empresas e órgãos do Ministério das Comunicações, que também nos honraram, comparecendo a essa reunião, por cuja iniciativa e êxito, cumprimentamos os nobres presidentes das Comissões de Comunicação da Câmara e do Senado.

O SR. CONVIDADO (Ministro das Comunicações) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Leandro Maciel) — Concedo a palavra ao Deputado Monteiro de Barros, muito digno Presidente da Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Monteiro de Barros) — Agradeço a presença do Exm^o Sr. Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira; do nobre Senhor Senador Leandro Maciel, Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas do Senado Federal e dos Deputados Norberto Schmidt e Eloy Lenzi, Vice-Presidentes da Comissão de Comunicações desta Câmara.

Desejo salientar, neste instante, que o digno Comandante Euclides Quandt de Oliveira é o primeiro Ministro do Governo do ilustre General Ernesto Geisel que comparece a esta Casa de Leis, para expor perante aos senhores congressistas os problemas de sua pasta.

Agradeço o apoio do Presidente desta Augusta Casa, o Deputado Flávio Marçílio; do Líder Cêlio Borja e, em especial, o Vice-Líder Deputado Prisco Viana, pelo apoio que permitiu realizar este encontro memorável.

Agradeço, também, aos responsáveis pelas comunicações brasileiras presentes a esta reunião, representados pelos proprietários e representantes das radioemissoras de todo o País; aos universitários das Escolas de Comunicações.

Quero agradecer, ainda, a presença dos Senhores Engenheiros Rômulo Villar Furtado, Secretário-Geral do Ministério das Comunicações; Engenheiro Armando Tanaka, representando o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; General José Antônio de Alencastro e Silva, Presidente da TELEBRÁS; Coronel Hêlio Loro Orlandi, Diretor-Geral do DENTEL; Coronel Haroldo Correia de Mattos, Presidente da EMBRATEL e ao Advogado Álvaro Alberto Sampaio, Assessor Parlamentar do Ministério das Comunicações, de quem temos recebido honrosa colaboração.

Três poderes da mais alta relevância para a vida política da Nação, Exm^o Sr. Ministro, dois de ordem institucional, o Executivo e o Legislativo, e outro como forma de expressão da comunidade brasileira que são os órgãos privados da comunicação, marcaram neste encontro as linhas que devem mostrar rumos menos ásperos onde a voz dos brasileiros ainda não se faz ouvir e em outras onde ela já está presente e é ouvida em alto e bom som.

Sistema que, embora não seja tão jovem, ainda não encontrou critérios básicos perfeitamente definidos que lhe permitam desenvolver-se com a tranqüilidade necessária para a manipulação do complexo representado pela conjugação dos planos do governo, dos caríssimos aparelhos utilizados pelos quadros humanos de empregadores e empregados, como consequência do empirismo de uma extensa legislação baixada intermitentemente, necessitada hoje, mais do que nunca, de rigorosa atualização.

Como consequência da impropriedade de muitos dispositivos, que o decurso do tempo tornou superados, assim como deu origem a uma tramitação demorada no processamento dos requerimentos das empresas de radiodifusão, não poucas são as situações embaraçosas suscitadas, que colocaram na condição de descumpridoras das Leis, empresas respeitáveis e de longa tradição de bons serviços.

Ficis ao respeito incondicional de tudo quanto determinam as Leis em vigor, bem como, das sábias determinações de V. Ex^a que vem encarando o problema de criar as condições necessárias à implantação do Plano Nacional de Comunicações, como homens conhecedores das suas dificuldades, trazemos a V. Ex^a o contributo de uma longa experiência.

De início, encarecemos a conveniência de darem, os órgãos básicos do Ministério das Comunicações, andamento mais rápido e desembaraçado às petições em andamento, sempre que elas tratarem de questões puramente técnicas, tais como mudanças de estúdios, de torres e outras ligadas ao aspecto mecânico do complexo radiofônico. Não se incluiriam aqui as transferências, valendo contudo observar-se situações criadas para herdeiros sempre que falece um dos concessionários.

Insistem, preocupados com o problema social, decorrente da brusca interrupção das atividades das emissoras emudecidas, assim como a decorrente imobilização de complexos mecânicos de altíssimo custo e o silêncio que passa a pesar sobre extensas regiões, sobretudo na zona rural, onde o trabalhador ou não tem dinheiro para adquirir um jornal, ou é analfabeto ou, então, os jornais ali não chegam. Tem este silêncio poder desvinculador e é responsável, em muitas regiões, pelo desconhecimento dos fatos e homens de nossa história.

Considerando-se o volume de processos existentes no Ministério das Comunicações, fazemos um apelo a V. Ex^a no sentido de ser feito estudo rigoroso objetivando prorrogar os prazos para que as milhares de radioemissoras existentes em todo o País possam completar a documentação exigida, e que sejam abertas licitações nas cidades onde somente havia uma radioemissora, cuja área hoje muda, dentro do menor prazo possível, sendo possível, com prazo de noventa dias para a abertura das concorrências e mais noventa dias para julgar as propostas apresentadas.

Ao longo da exposição de V. Ex^a, ficou-nos bastante claro que o seu Ministério não se deixa abater diante da magnitude dos nossos problemas de comunicação; nem mesmo ante o avanço da tecnologia V. Ex^a se deixa intimidar e ataca toda essa problemática com a mes-

ma dinâmica em que ela se desenvolve. Isto nos é extremamente alvissareiro.

Pôde sentir V. Ex^a, ao longo das questões formuladas, que o tema da radiodifusão se apresentou como aquele que é crucial. Assim nos parece, porque é natural que o seja, porquanto os demais setores do seu Ministério têm definição, mais ou menos, estabelecida. A radiodifusão está, agora, em fase de ser definida.

Para tal esforço, esteja certo V. Ex^a de que nesta Casa, que é o Congresso Nacional, encontrará o seu Ministério irrestrito apoio a tudo aquilo que significar a maior eficiência no campo das comunicações, eficiência da qual V. Ex^a nos deu a melhor das imagens.

Muito obrigado.

O SR. CONVIDADO (**Ministro das Comunicações**) — Quero agradecer aos Srs. Congressistas a oportunidade que me deram de expor algumas das idéias, ou algumas das situações existentes no Ministério. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Senador Leandro Maciel**) — Sr. Ministro, V. Ex^a estamos certos, sentiu-se muito bem ao penetrar neste

auditório e percebeu o interesse despertado por sua presença. V. Ex^a veio acompanhado de sua brilhante equipe, fez uma exposição correta, sóbria, comedida, dando a impressão de um homem capacitado para a alta responsabilidade que tem, dirigindo o Ministério das Comunicações e a certeza, a todos nós, de que ali se conduzirá com acerto, resolvendo esse magno problema nacional. Que V. Ex^a se sirva deste conduto que é o Congresso, que representa o povo brasileiro, para com ele comunicar-se. Nesta ocasião, quando todos comemoramos a "Semana das Comunicações", não podemos deixar de lembrar o vulto maior da Pátria, Cândido Mariano Rondon, o bandeirante do setor, que suplantou as linhas físicas deste País através das selvas nunca antes percorridas por um civilizado, procurando ligar os centros populacionais. Rondon foi grande na sua época e é maior ainda hoje no nosso respeito e na nossa admiração. Peço à assistência e aos colegas que de pé, observem um momento de silêncio em homenagem ao maior brasileiro da sua época.

l — De pé, a assistência observa um momento de silêncio.

Dou por encerrada a sessão. (**Palmas.**)

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
<p>Presidente: Paulo Torres (ARENA — RJ)</p> <p>1º-Vice-Presidente: Antônio Carlos (ARENA — SC)</p> <p>2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)</p> <p>1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)</p> <p>2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)</p>	<p>3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)</p> <p>4º-Secretário: Geraldo Mesquita (ARENA — AC)</p> <p>Suplentes de Secretários: Luís de Barros (ARENA — RN) José Augusto (ARENA — MG) Antônio Fernandes (ARENA — BA) Ruy Carneiro (MDB — PB)</p>	<p>Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)</p> <p>LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA</p> <p>Líder: Amaral Peixoto (MDB — RJ)</p> <p>Vice-Líderes: Nelson Carneiro (MDB — GB) Danton Jobim (MDB — GB)</p>

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO**

Comissões Temporárias

Chefe: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: José Washington Chaves, Ramal 314;
Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; Haroldo Pereira Fernandes,
Ramal 674; e Manoel Bezerra Laranjal, Ramal 710.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares	ARENA	Suplentes
Antônio Fernandes Vasconcelos Torres Paulo Guerra Otávio Cesário Flávio Brito Mattos Leão		Tarso Dutra João Cleofas Fernando Corrêa
Amaral Peixoto	MDB	Ruy Carneiro

Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II —
Ramal 617

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	ARENA	Suplentes
José Guiomard Teotônio Vilela Dinarte Mariz Wilson Campos José Esteves Clodomir Milet		Saldanha Derzi Osires Teixeira Lourival Baptista
Ruy Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)**

COMPOSIÇÃO
Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	ARENA	Suplentes
José Lindoso José Sarney Carlos Lindenberg Helvídio Nunes Italívio Coelho Mattos Leão Hector Dias Gustavo Capanema Wilson Gonçalves José Augusto Daniel Krieger Accioly Filho		Eurico Rezende Osires Teixeira João Calmon Lenoir Vargas Vasconcelos Torres Carvalho Pinto
Nelson Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Dinarte Mariz		Carlos Lindenberg
Eurico Rezende		Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro		Waldemar Alcântara
Otávio Cesário		José Lindoso
Osíres Teixeira		Wilson Campos
Fernando Corrêa		
Saldanha Derzi		
Heitor Dias		
Antônio Fernandes		
José Augusto		
	MDB	
Ruy Carneiro		Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:00 horas

Local: Sala Epiácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Magalhães Pinto		José Augusto
Vasconcelos Torres		Benedito Ferreira
Wilson Campos		Flávio Britto
Jessé Freire		Leandro Maciel
Arnon de Mello		
Teotônio Vilela		
Paulo Guerra		
Renato Franco		
Helvídio Nunes		
Luiz Cavalcante		
	MDB	
Franco Montoro		Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Gustavo Capanema		Arnon de Mello
João Calmon		Helvídio Nunes
Tarso Dutra		José Sarney
Benedito Ferreira		
Cattete Pinheiro		
Jarbas Passarinho		
	MDB	
Benjamim Farah		Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala Epiácio Pessoa — Anexo II — Ramal 615

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Celso Ramos		Cattete Pinheiro
Lourival Baptista		Itálvio Coelho
Saldanha Derzi		Daniel Krieger
Benedito Ferreira		Jarbas Passarinho
Alexandre Costa		Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco		Eurico Rezende
Lenoir Vargas		Flávio Britto
Jessé Freire		Leoni Mendonça
João Cleofas		
Carvalho Pinto		
Virgílio Távora		
Wilson Gonçalves		
Mattos Leão		
Tarso Dutra		

MDB

Amaral Peixoto Nelson Carneiro

Ruy Carneiro

Danton Jobim

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Bernardo Pereira Vasconcelos — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Heitor Dias		Wilson Campos
Domício Gondim		Accioly Filho
Renato Franco		José Esteves
Guido Mondim		
Otávio Cesário		
Eurico Rezende		

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 624

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Arnon de Mello		Paulo Guerra
Luiz Cavalcante		Antônio Fernandes
Leandro Maciel		José Guimard
Jarbas Passarinho		
Domício Gondim		
Lenoir Vargas		

MDB

Nelson Carneiro Danton Jobim

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)
(5 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
Carlos Lindenberg	ARENA	Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Gonçalves
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
Danton Jobim	MDB	Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Coelho Rodrigues — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
Carvalho Pinto	ARENA	Leoni Mendonça
Wilson Gonçalves		Fausto Castelo-Branco
Jessé Freire		Carlos Lindenberg
Fernando Corrêa		José Lindoso
Dinarte Mariz		Guido Mondin
Arnon de Mello		Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto		Virgílio Távora
Accioly Filho		Otávio Cesário
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista		
João Calmon		
Franco Montoro	MDB	Amaral Peixoto
Danton Jobim		
Nelson Carneiro		

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
Fernando Corrêa	ARENA	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Luís de Barros		
Waldemar Alcântara		
Benjamim Farah	MDB	Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
Waldemar Alcântara	ARENA	Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Jarbas Passarinho
José Guimard		
Flávio Britto		
Vasconcelos Torres		

Benjamim Farah
MDB
Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Clóvis Bevilacqua — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Benjamim Farah
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
Tarso Dutra	ARENA	Magalhães Pinto
Celso Ramos		Gustavo Capanema
Osires Teixeira		Pauló Guerra
Heitor Dias		
Jessé Freire		
Leoni Meonçoça		
Benjamim Farah	MDB	Amaral Peixoto

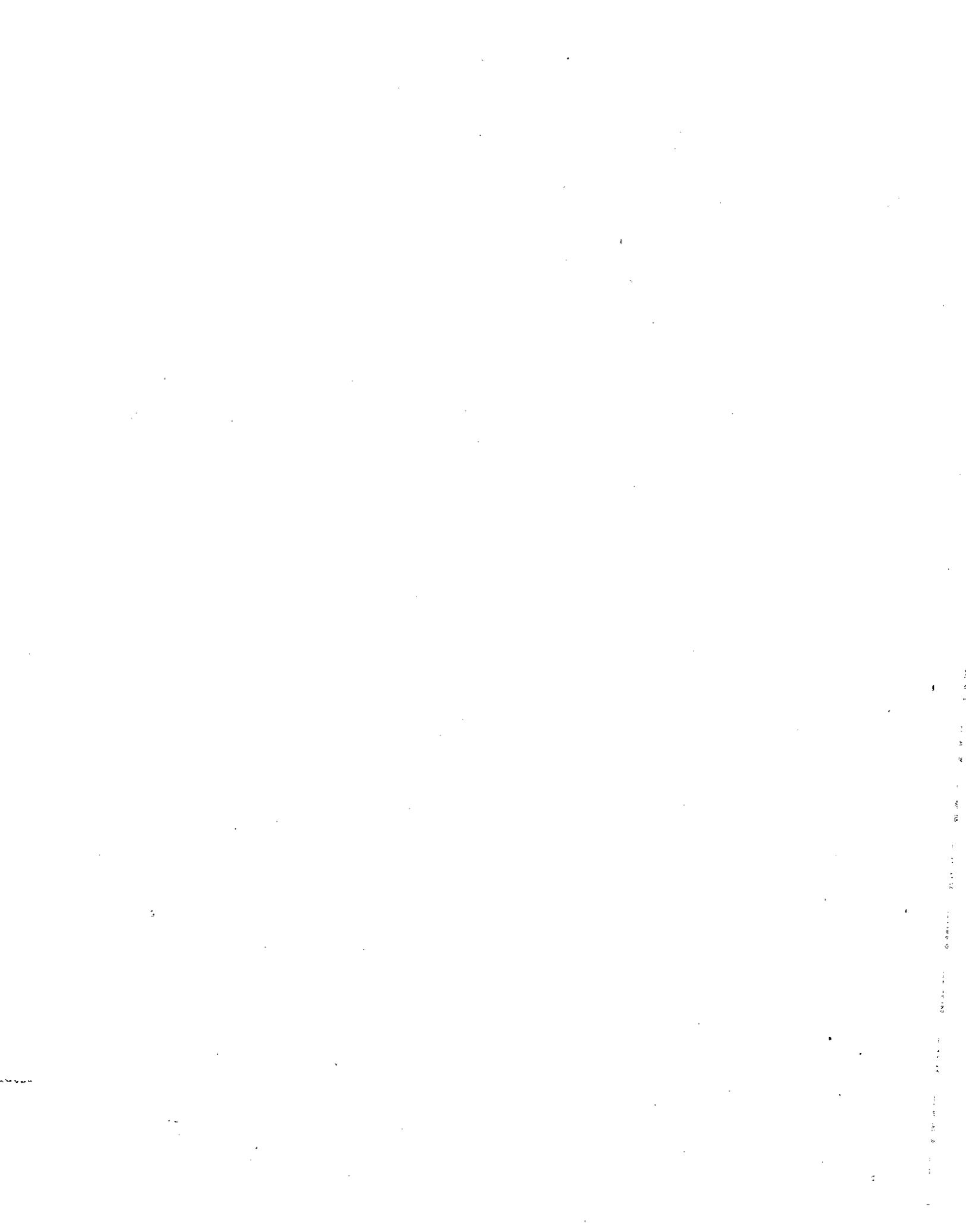
Assistente: Cláudio Vital Rebouças Lacerda — Ramal 307
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala Bernardo Pereira de Vasconcelos — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
Leandro Maciel	ARENA	Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Luís de Barros
Luiz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Benedito Ferreira		
José Esteves		
Danton Jobim	MDB	Benjamim Farah

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621



ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

OS ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela **Subsecretaria de Edições Técnicas** (antiga Diretoria de Informação Legislativa), e impressa pelo **Centro Gráfico do Senado Federal**, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Aducto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4º volume da obra, com indicação nas páginas.

7º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas. Preço: Cr\$ 8,00.

Os pedidos devem ser endereçados à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
 SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
 Direção: LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
- janeiro a março - nº 1 (1964)	5,00
- abril a junho - nº 2 (1964)	esgotada
- julho a setembro - nº 3 (1964)	"
- outubro a dezembro - nº 4 (1964)	"
- janeiro a março - nº 5 (1965)	"
- abril a junho - nº 6 (1965)	"
- julho a setembro - nº 7 (1965)	"
- outubro a dezembro - nº 8 (1965)	"
- janeiro a março - nº 9 (1966)	"
- abril a junho - nº 10 (1966)	20,00
- julho a setembro - nº 11 (1966)	esgotada
- outubro a dezembro - nº 12 (1966)	"
- janeiro a junho - nºs 13 e 14 (1967)	"
- julho a dezembro - nºs 15 e 16 (1967)	"
- janeiro a março - nº 17 (1968)	"
- abril a junho - nº 18 (1968)	"
- julho a setembro - nº 19 (1968)	5,00
- outubro a dezembro - nº 20 (1968)	5,00
- janeiro a março - nº 21 (1969)	5,00
- abril a junho - nº 22 (1969)	5,00
- janeiro a setembro - nº 23 (1969)	5,00
- outubro a dezembro - nº 24 (1969)	15,00
- janeiro a março - nº 25 (1970)	10,00
- abril a junho - nº 26 (1970)	15,00
- julho a setembro - nº 27 (1970)	10,00
- outubro a dezembro - nº 28 (1970)	10,00
- janeiro a março - nº 29 (1971)	10,00
- abril a junho - nº 30 (1971)	10,00
- julho a setembro - nº 31 (1971)	10,00
- outubro a dezembro - nº 32 (1971)	10,00
- janeiro a março - nº 33 (1972)	10,00
- abril a junho - nº 34 (1972)	10,00
- julho a setembro - nº 35 (1972)	10,00
- outubro a dezembro - nº 36 (1972)	10,00
- janeiro a março - nº 37 (1973)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA - Nºs 1 A 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar).

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 31
 (julho a setembro de 1971)

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

- "As diversas espécies de lei"
Senador Franco Montoro
- "Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (um estudo da solução de problemas insolúveis no Brasil)"
Prof. A. B. Cotrim Neto
- "O congelamento do poder mundial"
Embaixador J. A. de Araújo Castro
- "O planejamento e os organismos regionais como preparação a um federalismo das regiões (a experiência brasileira)"
Prof. Paulo Bonavides
- "Aspectos polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada" (Lei nº 4.121, de 27-08-62)
Prof. Carlos Dayrell
- "Situação jurídica da NOVACAP"
Dr. Dario Cardoso
- "Os Direitos Autorais no Direito Comparado"
Prof. Roberto Rosas
- "Perguntas e reservas a respeito do Plano de Integração Social"
Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans
- "Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica"
Dr. G. Irenêo Joffily

- "O Senado e a nova Constituição"
Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo
- "O Assessoramento Legislativo"
Dra. Atyr de Azevedo Lucci

PROCESSO LEGISLATIVO

- "Decretos-Leis"
Caio Torres
- "Iniciativa e tramitação de Projetos"
Jesse de Azevedo Barquero

PESQUISA

- "Os Direitos da Companheira"
Ana Valderez A. N. de Alencar

DOCUMENTAÇÃO

- "Poluição"
João Bosco Altoé

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 32
 (outubro a dezembro de 1971)

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

- "Política do desenvolvimento urbano"
Senador Carvalho Pinto
- "O problema das fontes do Direito. Fontes formais e materiais. Perspectiva filosófica, sociológica e jurídica"
Senador Franco Montoro
- "A Televisão Educativa no Brasil"
Prof. Gilson Amado
- "Rui, a defesa dos bispos e a questão do foro dos crimes militares: duas retificações necessárias"
Prof. Rubem Nogueira
- "A proteção jurisdicional dos direitos humanos no Direito Positivo Brasileiro"
Des. Hamilton de Moraes e Barros
- "Sobre a metodologia do ensino jurídico"
Prof. Hugo Gueiros Bernardes
- "Prerrogativas dos bens dominiais - insuscetibilidade de posse civil"
Des. José Júlio Leal Fagundes
- "O instituto da aposentadoria na atual Constituição"
Prof. Carlos Dayrell
- "O apoio técnico e administrativo ao Partido e ao Parlamentar"
Prof. Sully Alves de Souza
- "Redução dos custos gráfico-editoriais"
Prof. Roberto Átila Amaral Vieira

PESQUISA

- "Adoção"
Ana Valderez Ayres Neves de Alencar
- "Incentivos fiscais no planejamento"
Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

- "Contabilidade: ensino e profissão"
João Bosco Altoé

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

Os pedidos devem ser endereçados à
 SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS - SENADO FEDERAL
 ANEXO I - 11º ANDAR - 70.000 - PRAÇA DOS TRÊS PODERES
 BRASÍLIA - DF

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF**

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

SUPLEMENTO

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 e 98

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 15

Preço: Cr\$ 15,00

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos devem ser endereçados à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA — DF**

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50